

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Leila Cristina Fernandes Costa

PERCURSOS OCUPACIONAIS E EVASÃO NO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE PROFESSORA VALÉRIA HORA – ETSAL

Rio de Janeiro

2016

Leila Cristina Fernandes Costa

PERCURSOS OCUPACIONAIS E EVASÃO NO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE PROFESSORA VALÉRIA HORA – ETSAL

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Mônica Vieira.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Fillipina Chinelli

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

C837p Costa, Leila Cristina Fernandes
Percurso ocupacionais e evasão no curso
técnico de enfermagem na Escola Técnica de Saúde
Professora Valéria Hora - ETSAL / Leila Cristina
Fernandes Costa. - Rio de Janeiro, 2016.
95 f.

Orientadora: Mônica Vieira
Coorientadora: Fillipina Chinelli

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2016.

1. Formação Profissional. 2. Evasão Escolar.
3. Educação Continuada. 4. Enfermagem. 5. Escola
Técnica de Saúde Professora Valéria Hora.
I. Vieira, Mônica. II. Chinelli, Fillipina.

CDD 370.113

Leila Cristina Fernandes Costa

PERCURSOS OCUPACIONAIS E EVASÃO NO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM
NA ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE PROFESSORA VALÉRIA HORA – ETSAL

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 29/08/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Mônica Vieira (FIOCRUZ / EPSJV)

Prof^a D^{ra} Márcia Teixeira (FIOCRUZ / ENSP)

Prof^a D^{ra} Márcia Lopes (FIOCRUZ / EPSJV)

*À minha mãe, Maria das Dôres, pela sua
determinação, amor e exemplo,
proporcionando tudo que eu sou e tudo que
conquistei.*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo ao meu bom Deus, Nossa Senhora e aos meus amigos espirituais que me guiaram dando força, coragem e lucidez da minha capacidade.

A meu marido Jairan, familiares e amigos pela paciência e força nos momentos de fraqueza.

À Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora por proporcionar a chance de participar do mestrado, etapa muito importante para meu crescimento profissional.

À equipe diretiva e todos os meus colegas da ETSAL pela ajuda direta e indireta, na compreensão dos últimos meses, para a finalização de minha dissertação.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Municipal Antídio Vieira, onde dediquei 10 anos de minha vida, escola do meu coração, pela compreensão e liberação nos momentos que mais precisei (momentos presenciais) para o mestrado.

À equipe diretiva da Escola Municipal Higino Belo, escola que estou atualmente, pela confiança, compreensão e liberação para finalização do mestrado.

A todos os colegas da ESPJV, que de maneira direta e indireta ajudaram nessa conquista, ao professor Júlio por sua dedicação e atenção, à equipe da coordenação de pós-graduação pela preocupação e empenho para que tudo desse certo.

As minhas orientadoras Mônica e Filippina, pela sensibilidade, paciência e compreensão em todos os momentos de desafios.

Aos alunos que participaram desse estudo, pelo carinho por me receberem com um sorriso e expectativas em seus rostos e pela confiança em revelar assuntos tão pessoais e íntimos.

*Todo conhecimento começa com o sonho.
O sonho nada mais é que a aventura pelo mar
desconhecido, em busca da terra sonhada.
Mas sonhar é coisa que não se ensina, brota
das profundezas do corpo, como a alegria
brota das profundezas da terra. Como mestre
só posso então lhe dizer uma coisa. Contem-
me os seus sonhos para que sonhemos juntos.*

(Rubem Alves)

RESUMO

Esse trabalho buscou analisar as causas que levaram a evasão dos alunos do curso técnico de enfermagem da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora - ETSAL, no período de 2010 a 2014. Nele procurou-se apreender características gerais dos alunos evadidos (perfil sócio-econômico), seus percursos ocupacionais, seus desejos e expectativas profissionais para compreender e identificar as especificidades que contribuíram para a evasão. Nesse sentido foi utilizada, qualitativamente, a técnica de análise temática que permite compreender o contexto e os processos que influenciaram na decisão de abandonar o curso. Para obtenção dos dados foi utilizada a entrevista aos alunos evadidos procurando abordar aspectos relevantes para a análise dos dados como: os motivos para o ingresso e o abandono no curso técnico de enfermagem, concepções para evitar a evasão escolar, particularidades quanto ao trabalho que exercem (satisfação e dificuldades) e possibilidades educacionais e profissionais que desejam. O referencial teórico procurou ressaltar as mudanças no mundo do trabalho e sua relação com a educação e qualificação profissional; o contexto histórico da educação profissional e formação dos recursos humanos na saúde; a ETSAL e o Curso Técnico de enfermagem e a evasão escolar. Os resultados revelaram que os motivos que contribuíram para a evasão são de ordem individual e institucional, dentre eles estão: problemas familiares; problemas relacionados à saúde do aluno; opção por um curso superior; ingresso do aluno na área da educação, falta de interesse; conciliação entre o trabalho, a família e o curso; comunicação deficiente entre instituição e aluno; insuficiência quanto à organização, planejamento e motivação pela instituição; As dificuldades apontadas contribuem como parâmetros que poderão contribuir e auxiliar para a qualidade nos processos de ensino realizado pela instituição, diminuindo assim o fenômeno da evasão.

Palavras-chave: Formação Profissional. Evasão Escolar. Curso Técnico da ETSAL.

ABSTRACT

This study sought to analyze the causes that led to evasion of students in nursing technical course of the Health Escola Técnica Professora Valeria Hora- ETSAL, from 2010 to 2014. In it we tried to apprehend general characteristics of dropout students (socio-economic profile), their occupational pathways, your desires and professional expectations to understand and identify the characteristics that contributed to the evasion. In this sense it was used qualitatively the thematic analysis technique that allows us to understand the context and the processes that influence the decision to leave the course. To obtain the data was used the interview to students dropouts to address aspects relevant to the analysis of data as the reasons for entering and leaving the nursing technical course, ideas to prevent truancy, features about the work that exercise (satisfaction and difficulties) and educational and professional opportunities they desire. The theoretical framework sought to highlight the changes in the world of work and its relation to education and professional training; the historical context of professional education and training of human resources in health; the ETSAL and the Course of Nursing Technician and truancy. The results revealed that the reasons that contributed to the evasion are individual and institutional, among them are: family problems; problems related to the health of the student; option for higher education; Ingress student in education, lack of interest; reconciliation between work, family and travel; Poor communication between the institution and the student; failure for the organization, planning and motivation by the institution; The difficulties mentioned contribute as parameters that can contribute and help to the quality in the teaching carried out by the institution, thus reducing the dropout phenomenon.

Keywords: Vocational Training. School Dropout. Technical Course.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo - Relação das Turmas distribuídas nas 10 Regiões de Saúde do Estado de Alagoas.....	52
Quadro 2 - Breve Caracterização dos Entrevistados.....	67
Quadro 3 - Motivos para o ingresso na área de saúde.....	68
Quadro 4 - Ingresso no curso técnico de enfermagem.....	71
Quadro 5 - Evasão no curso técnico de enfermagem.....	75

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
BIPARTITE	Comissão Intergestores Bipartite
CADRHU	Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIES	Comissão de Integração Ensino Serviço
CNRH	Conferência Nacional de Recursos Humanos
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ETSAL	Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora
ETSUS	Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
INEP	Instituto Nacional de Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LES	Projeto Larga Escala
MEC	Ministério da Educação
NOB/RH/SUS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde
OPAS	Organização Pan Americana de Saúde
OSs	Organização Sociais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPREPS	Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde
PROFAE	Projeto de Profissionalização da Área de Enfermagem
PROFAPS	Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio Para Saúde
PSF	Programa de Saúde da Família
RET-SUS	Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
RHS	Recursos Humanos de Saúde
RS	Região de Saúde
SEGETS	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação
SIGET	Sistema de Informação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde

SUS Sistema Único de Saúde

UNCISAL Universidade Estadual de Ciências da Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO HOJE E A QUESTÃO DA EVASÃO ESCOLAR.....	16
2.1	Transformação no trabalho contemporâneo.....	16
2.2	A relação contemporânea entre trabalho e qualificação profissional.....	20
2.3	Trajectoria ocupacional.....	24
2.4	Evasão escolar.....	27
3	A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SUS E OS TRABALHADORES DA ENFERMAGEM.....	32
3.1	A formação profissional em saúde.....	32
3.2	O campo da formação no SUS.....	34
3.3	O processo de qualificação dos trabalhadores em enfermagem.....	37
3.4	ETSUS: instituições formadoras dos trabalhadores do SUS.....	41
3.5	A ETSAL e o curso técnico de enfermagem.....	43
4	METODOLOGIA DO ESTUDO.....	49
4.1	Abordagem qualitativa da pesquisa.....	49
4.2	A entrevista como procedimento de coleta de dados.....	51
4.3	Mapeando as regiões da pesquisa.....	52
4.4	Dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa e complementação do trabalho de campo.....	53
4.5	Síntese e caracterização dos entrevistados.....	54
5	A RELAÇÃO TRABALHO ESCOLA E OS MOTIVOS DA EVASÃO PARA OS ENTREVISTADOS.....	64
5.1	Caracterizando os sujeitos da pesquisa.....	64
5.2	As trajetórias escolares e ocupacionais.....	65
5.2.1	Motivações para o ingresso na saúde.....	68
5.3	A realização do curso técnico de enfermagem.....	69
5.4	Expectativas profissionais.....	71
5.5	Justificativas para a evasão.....	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	80
	APÊNDICES.....	87
	ANEXOS.....	90

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva compreender a evasão do Curso de Técnico de Enfermagem desenvolvido pela Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora – ETSAL. Para tanto, buscou-se relacionar a evasão com seus percursos educacionais e ocupacionais e o perfil socioeconômico dos alunos. Além disso, procurou-se conhecer percepções sobre alternativas para a redução da evasão.

Esse estudo se justifica pelo desafio de analisar os motivos que informam a evasão escolar, apresenta-se como um grande desafio àqueles que estão envolvidos com o referido direito, pois se configura como um processo multidimensional que envolve aspectos familiares, sociais, políticos, econômicos, etc. Considera-se, portanto, que resulta de processos que ocorrem em todos os sistemas de formação e que ao identificá-los possibilitam a reflexão e a busca por mudanças que possam prevenir e/ou reduzir significativamente o número de alunos evadidos, possibilitando a permanência do aluno na escola. Pode ser caracterizada como a “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1996a, p. 25).

Esse tema está entre os que, historicamente, fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação brasileira e que infelizmente, de acordo com Formiga, Sá e Barros (2011), no Brasil, não se tem, até o momento presente, políticas efetivas voltadas para o combate à evasão escolar. Segundo Araújo e Santos (2012, p. 7)

[...] a evasão apresenta uma série de aspectos que precisam ser reconhecidos, pois consiste no desestímulo aos estudos por parte do aluno e esse desengajamento pode ser analisado da perspectiva do aluno, da escola e da sociedade. Dessa forma compreender a evasão envolve um estudo profundo de todas as expectativas.

Embora a evasão seja estudada em todos os níveis do sistema de ensino, no que se refere aos cursos técnicos, em particular no campo da saúde, a escassez de literatura a respeito se configura como um grande desafio para a pesquisa quantitativa e qualitativa sobre o tema. Na revisão de literatura sobre a evasão escolar no Brasil, observou-se um grande número de estudos e informações sistematizadas sobre a evasão na educação fundamental e média. Em sua maioria os estudos abordam o fracasso escolar nessas modalidades de ensino, separando a evasão da repetência fazendo com que a evasão, segundo Dore e Luscher, 2011, perca a especificidade para a sua clareza e entendimento.

Em quase todos os estudos os alunos informam uma diversidade de motivos que contribuíram para a evasão, motivos relacionados à ordem pessoal, familiar e socioeconômica

(saúde, família, transporte, mudança de cidade, ingresso em um curso superior, etc.) motivos relacionados ao trabalho, (incompatibilidade de horário trabalho/curso, não obteve liberação do trabalho, cansaço devido ao trabalho, etc.), motivos relacionados à instituição de ensino (dificuldades no acompanhamento do curso, desorganização do curso, postura negativa do docente, etc.). Essas causas demandam reflexões e muito cuidado no detalhamento de seus significados (DORE; LUCSHER, 2011).

É direito do aluno sua permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (BRASIL, 1996) decreta igualdade de condições para o acesso e permanência na escola em qualquer modalidade de ensino. Não são poucos os programas e projetos que têm por objetivo a ampliação das vagas em cursos técnicos e a abertura de cursos que atendam à demanda regional, promovendo a expansão do acesso. No entanto, ainda são poucos os projetos que têm como o objetivo a permanência do aluno na escola.

Considera-se necessário que toda a comunidade escolar reflita sobre os fatores que levam o aluno a evadir, sobre os quais pesquisas e estudos apontam para diferentes abordagens teóricas: as que explicam a situação com base nos fatores externos às instituições de ensino; as que analisam a evasão através dos fatores internos às instituições; e as que relacionam esses dois fatores, internos e externos, como determinantes da evasão escolar. É possível afirmar que o problema da evasão não está associado a um único motivo, principalmente porque não se pode distanciar a possível causa apontada pelo aluno de outras questões de natureza social, administrativa, política, demográfica e econômica, pois podem representar o ambiente em que o aluno está inserido influenciando sua decisão de permanência ou de evasão da escola ou curso.

Considero importante destacar que o tema escolhido foi fruto de observações empíricas, decorrentes das atividades profissionais desenvolvidas como Coordenadora Geral do curso na ETSAL, desenvolvido no período de outubro de 2010 a dezembro de 2014. De um total de 2.264 inscritos, evadiram-se 174 alunos. Também contribuiu para a escolha do tema a minha formação como Assistente Social onde exerço cargo na área da educação no município de Maceió, é uma profissão que trabalha no sentido educativo de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. Assim, sempre ocorreu rodas de conversas com professores, diretores de escola, alunos, colegas de profissão, sobre quais as causas e motivos que levam um aluno a abandonar sua trajetória escolar.

O curso apresenta carga horária de 700 horas, sendo 500 horas de concentração (teoria) e 200 horas de dispersão (estágio), tendo como meta oferecer a complementação do Curso de Técnico de Enfermagem para os alunos que participaram do Curso de Auxiliar de

Enfermagem, pelo PROFAE, inseridos no SUS e como objetivos específicos qualificar esse profissional de Enfermagem, melhorando a assistência á saúde da população e contribuir com o crescimento social e profissional dos trabalhadores dessa categoria.

Especificamente em relação ao Curso do Técnico de Enfermagem, alguns fatores vêm impulsionando a demanda por esses trabalhadores, entre eles, as mudanças organizacionais e tecnológicas dos Serviços de Saúde, a estrutura de morbidade associada ao envelhecimento da população, na medida em que contribui para o aumento das necessidades de internação e cuidados de reabilitação. Esses fatores afetam claramente a demanda por força de trabalho de pessoal de enfermagem qualificado, uma vez que exige uma atenção de natureza mais complexa e contínua.

A evasão dos alunos-trabalhadores do curso de técnico de enfermagem da ETSAL foi identificada pela coordenação geral do curso através dos relatórios de acompanhamento emitidos pelos coordenadores pedagógicos que acompanham as turmas. Durante esse processo era perceptível a evasão em certas turmas relacionadas a diferentes motivos como: dificuldades na liberação dos alunos por parte do gestor do município; apoio logístico como a falta de transporte da zona rural para a cidade onde o curso era desenvolvido, alimentação e estruturas físicas precárias onde ocorreria o curso; falta de apoio dos gestores locais; entraves políticos; ingresso no ensino superior; jornada dupla; problemas relacionados à saúde; impossibilidade de absorção desses trabalhadores como técnicos de enfermagem visto que a certificação técnica não garante a ascensão profissional.

Com base nas considerações acima, acredita-se que o estudo, ao tentar responder às questões da pesquisa, além da sua importância propriamente acadêmica, contribuiu para o conhecimento dos múltiplos aspectos que explicam a evasão, servindo de base para a definição de ações visando dirimi-la. Sendo assim, essa pesquisa procurou responder as seguintes perguntas: Em que medida a metodologia desenvolvida no Curso de Complementação do Técnico de Enfermagem interfere na evasão? Qual é o perfil dos trabalhadores que evadem? Quais os principais motivos dessa evasão? Quais as motivações que levaram o aluno-trabalhador, a ingressar no curso e quais as justificativas para o abandono do curso?

Para a análise do tema foi utilizada a abordagem qualitativa que permite uma maior abertura para a revisão das questões que norteiam a pesquisa, dos métodos e das técnicas de coleta e análise de dados durante todo desenvolvimento do estudo. O que permitiu a utilização de um roteiro semi-estruturado que possibilitou as entrevistas dos alunos evadidos.

Esta dissertação está estruturada em quatro seções. A primeira compreende, as transformações e características do mercado de trabalho contemporâneo, identificando o impacto que a reestruturação produtiva traz e como esta afeta e intensifica a flexibilização e precarização nas relações de trabalho, demandando uma mão-de-obra mais escolarizada e qualificada para o desempenho das funções apresentadas pelos postos de trabalho. Esta seção também aborda o processo de experiências e práticas vividas pelos indivíduos no mundo do trabalho, caracterizadas pelo avanço econômico que influencia a vida desses indivíduos e por último faz considerações acerca da evasão escolar, destacando os fatores e situações que evidenciam e determinam a evasão, confirmando que é um processo dinâmico e complexo.

Na segunda seção é apresentado um breve relato do processo histórico da formação profissional em saúde e as reformas ocorridas nessa modalidade de ensino ao longo do tempo, abordando o campo de formação no SUS, refletindo sobre a qualificação dos trabalhadores da enfermagem e caracterizando a Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora - ETSAL e o curso de complementação do técnico de enfermagem desenvolvido por essa Escola.

Na terceira seção registra a metodologia adotada e os procedimentos metodológicos desenvolvidos ao longo do estudo, localizando e mapeamento as informações e as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa.

Na quarta seção mostra as entrevistas realizadas, analisando e refletindo, com respaldo teórico, sobre os motivos que levaram os alunos a evadirem do curso de complementação do técnico de enfermagem na ETSAL, seguido das considerações finais.

2 RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO HOJE E A QUESTÃO DA EVASÃO ESCOLAR

2.1 Transformações no trabalho contemporâneo

A dinâmica das sociedades contemporâneas se alterou nos últimos 30 anos, as sociedades capitalistas se reorganizaram e se reestruturaram com o objetivo de incluir novas formas de racionalização do trabalho e da vida social. No contexto atual observamos a intensidade de informações e mudanças na organização flexível da produção, o avanço da microeletrônica, das ciências que influenciam o cenário social, econômico e político modificando as relações entre os sujeitos e destes com a educação e o trabalho.

Vivemos a época da globalização dos mercados, de estímulo a concorrência e difusão de uma ideologia neoliberal, provocando através da concentração de capital (fusões, incorporações e privatizações) um enfraquecimento da força de trabalho tornando esta mais flexível nas estruturas produtivas e nas formas de organização do trabalho. O mercado de trabalho também se flexibiliza, o que não só aumenta o lucro dos empresários, mas também gera redução dos postos de trabalho. Um dos aspectos do discurso ideológico que tenta justificar essas mudanças, é que estamos em uma sociedade do conhecimento, sendo necessária cada vez mais qualificação e o desenvolvimento de habilidades para que o trabalhador possa manter seu trabalho e competir no mercado, melhorando assim suas chances de empregabilidade. Essa ênfase na qualificação e na produtividade determina o agir dos sujeitos e esconde a intensificação da exploração, aprofundando as desigualdades sociais.

Cada vez mais o conhecimento é reconhecido e empregado como um recurso que passa a ser incorporado ao mercado, no sentido de desenvolver um trabalho mais produtivo configurando-se, então, como um valor de troca. Com o processo intenso da globalização da economia, ocorre de forma mais acentuada a interferência dos interesses de mercado no sistema educativo, o que acarreta uma formação voltada para a aquisição de competências exigidas pelo mercado de trabalho. Cabe pontuar, entretanto que o diploma não garante mais o acesso ao emprego, na verdade o que se tem verificado é a perda da relação positiva entre diploma, emprego e renda.

No que se refere às empresas e mais especificamente às novas formas de organização do trabalho, Pochmann (1998), chama a atenção que, em um momento de forte concorrência e instabilidade econômica cabe reavaliar as formas de organização redefinindo-se para enfrentar as mudanças na organização da produção e gestão da mão de obra. Isto significa que o

trabalho cada vez mais de distancia de seu valor de uso acentuando características que se afastam das dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer, etc., indispensáveis a reprodução da força de trabalho. (FRIGOTTO, 1989).

Segundo Kuenzer:

Exige-se do trabalhador novas ações, articuladas com o conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e com a capacidade de intervenção crítica e criativa, perante situações não previstas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade. (KUENZER, 2000, p. 18-19).

Ao trabalhador produtivo está hoje atrelada a ideia de ser aquele que faz, que produz mais rápido e tem mais competência. A base da produtividade do trabalho provém do fato de que o trabalhador é remunerado ou socialmente valorizado, ou não de acordo com o que produz, ou seja, “de acordo com sua efetiva contribuição para a sociedade, ou seja, o que o trabalhador ganha corresponde àquilo com que contribui, e o que cada um tem em termos de riqueza depende de seu mérito” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 60).

Evidentemente as condições em que se dão tanto o trabalho quanto a educação (qualificação) expressam uma dupla perspectiva. O trabalho tem um sentido ontológico, de atividade criativa e fundamental da vida humana, e tem formas históricas, socialmente produzidas (LUKÁCS, 1978). A educação tem seu sentido fundamental como formação humana e humanizadora, com base em valores e em práticas éticas e culturalmente elevados e também ocorre em formas pragmáticas a serviço de interesses e valores do mercado, da produção capitalista, nem sempre convergentes com seu sentido fundamental (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2001).

Isso significa que a educação vai se adaptando às exigências provocadas pelas mudanças acima mencionadas com destaque para a ênfase nos aspectos comportamentais da formação profissional procurando se adequar a dinâmica de organização contemporânea da vida e do trabalho. Dessa forma, a educação passa a ser um instrumento indispensável de controle da força de trabalho e de formação de um novo tipo de trabalhador adaptado às exigências do mercado. Deixa-se de lado assim, o ideário de uma educação emancipadora que independe da classe social de origem, retirando do interior da relação trabalho – educação, a possibilidade de desenvolvimento dos sentidos e das aptidões dos indivíduos. (RAMOS, 1996).

Assim ampliam-se as finalidades instrumentais da educação, voltadas para o mercado, buscando-se alcançar maior produtividade. O objetivo é uma nova configuração social pautada pelos avanços tecnológicos e pela reestruturação produtiva sendo necessário refletir sobre a complexidade dessas relações na sociedade, que refletem novas concepções de educação e trabalho.

Com a crise do fordismo a partir de meados de 1970 na Europa e a introdução das novas tecnologias de comunicação e informação, possibilitando a chamada reestruturação produtiva¹ e o padrão flexível de acumulação², advêm das transformações no mundo do trabalho na organização e nos processos de trabalho que, embora ao menos no Brasil ainda não fosse superado inteiramente. O mercado de trabalho torna-se cada vez mais competitivo, as relações de trabalho se tornaram instáveis via, sobretudo, as diferentes formas de terceirização e, no caso da saúde, os contratos via Organizações Sociais - OSs. Com essas transformações "um novo perfil de qualificação da força de trabalho parece emergir, sendo postas exigências como escolaridade básica e capacidade de adaptação a novas situações" (RAMOS, 2006, p. 20), ou seja, um trabalhador polivalente e subjetivamente engajado aos objetivos da empresa.

Assim, é a partir da década de 1990, no Brasil, que se destaca a flexibilização das relações de trabalho, ocasionando a precarização do trabalho, o que configura um quadro de complexidade, marcado pelo acirramento das desigualdades sociais e econômicas, com repercussões nos processos de formação de trabalhadores. A política econômica priorizava o compromisso com as finanças internacionais, ficando as políticas sociais em segundo plano.

Com a flexibilização das estruturas produtivas, a força de trabalho também se fragiliza com a sua desregulamentação crescente, com a expansão da terceirização que precariza o emprego, contratos a tempo parcial e redução dos postos de trabalho. Acentua-se a

¹Reestruturação Produtiva significa novos processos de trabalho "... onde o cronômetro e a produção em série e de massa são 'substituídos' pela flexibilização da produção, pela 'especialização flexível', por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado." (ANTUNES, 1999, p. 16)

²A acumulação flexível constitui segundo Alves (2011, p. 411/312), "um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional que se acirra a partir de meados da década de 1970, compondo uma nova base tecnológica, organizacional e sóciometabólica para a exploração da força de trabalho assalariado. Segundo Harvey (2009), a 'acumulação flexível' caracteriza-se a partir do confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho (mercado, produto e padrões de consumo). Na sequência de sua argumentação Alves cita textualmente Harvey ao apontar que o novo padrão de acumulação estaria apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo" e "[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional." (HARVEY, 1992, p. 121).

insegurança e precariedade³ subjetiva de produção e reprodução da vida sócio material. Segundo Alves, 2007, instaura-se, no mundo do trabalho, a insegurança dos empregos, dos direitos sociais, conquistados pelos trabalhadores e as representações política e sindical.

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobre trabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital. (ALVES, 2007, p. 126).

Instala-se a lógica do livre mercado onde são difundidas tecnologias produtivas apoiadas na microeletrônica com o objetivo de intensificar a produtividade e a supressão do emprego. A educação e a formação profissional inseridos nessa dinâmica de mercado revelam-se como essencialmente instrumentais com vistas à concorrência e à competitividade, contribuindo também para a adaptação dos trabalhadores às incessantes mudanças técnicas.

Essas tendências são observadas no mundo todo, expressando-se de diversas formas nos diferentes contextos nacionais. No Brasil, particularmente, misturam-se com as questões sociais que, historicamente, atingem a maioria da população que permanece auferindo baixos salários e baixos níveis de escolaridade. Soma-se a isso a precariedade no sistema de saúde, o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social, a desigualdade na distribuição de renda, implicando assim no exercício da cidadania. Cabe ainda acrescentar, que no período do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 -2010), o Brasil alcançou alguma recuperação econômica com diminuição da desigualdade social graças às políticas de recorte neo desenvolvimentista. Entretanto, isso não significou que o país tenha alcançado a possibilidade de enfrentar de forma efetiva a questão social, o que vai ao encontro de Castel (1998), para quem o desenvolvimento econômico não significa em um desenvolvimento social.

Segundo Segnini (1988), o desemprego em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que marcam há muito o Brasil como a miséria, pobreza, não-acesso à educação e à saúde. Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados como o que ocorreu com intensidade na última década com os bancários e diversas outras categorias profissionais no país, que tiveram seus postos de trabalho diminuídos.

³"A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social."(ALVES, 2007, p.113)

A literatura pertinente ressalta que, a força de trabalho está estudando mais o que não quer dizer, necessariamente, que esteja encontrando melhores formas de inserção no mercado de trabalho. Acrescenta-se, ainda, que as diferenças nos níveis de escolaridade da população economicamente ativa, quando relacionadas às dinâmicas específicas dos mercados regionais de trabalho no país, podem acarretar a ampliação ou não das oportunidades de inserção produtiva. Estamos vivenciando tempos difíceis, em que as novas formas de organização da produção, ao mesmo tempo em que aprofundam as desigualdades da força de trabalho e das condições de vida, lançam um novo vocabulário no qual estão ausentes termos como classe, exploração, dominação e desigualdade.

É a partir dessas transformações da produção capitalista, em tempos de globalização, que se configura novos valores (ideologia) que irão definir as políticas de formação profissional. Cabe ressaltar aqui, a questão da empregabilidade que reflete como base ideológica da formação profissional. Para Gentili (1998):

A empregabilidade se incorpora no senso comum como significado que contribui a estruturar, orientar e definir as opções (ou a falta de opções) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho, tornando-se também 'a' referência norteadora, o 'dever ser' dos programas de formação profissional e, inclusive, das próprias políticas educacionais.

2.2 A relação contemporânea entre trabalho e qualificação profissional

Observamos que desde a década de 1940, sobretudo na França, já havia debates acerca da qualificação do trabalho. Essas discussões procuravam analisar como as transformações políticas, econômicas sociais, tecnológicas e culturais poderiam exercer influências modificando assim a qualificação para o trabalho e sua remuneração.

No capitalismo contemporâneo, a qualificação tornou-se fator determinante para o avanço da produtividade e competitividade. Conforme já apontado, a partir de meados dos anos de 1970, com a crise do modo fordista de produção, a flexibilização dos processos de trabalho, na Europa, passa a determinar além dos conhecimentos, ditos formais, as habilidades comportamentais que requerem criatividade, trabalho em equipe e autonomia nas questões que demandam decisões e cooperação. Essas novas referências com relação ao trabalho são enfatizadas com a expansão do setor terciário, onde o trabalhador segue sendo figura central, o que exige "maneiras de ser", os chamados aspectos comportamentais da qualificação. (ZARIFAN, 1997)

Com a crise do fordismo, o conceito de qualificação começa a ceder espaço, sobretudo na Europa, para o de competências que enfatiza e captura a dimensão subjetiva do

trabalhador. Essa noção expressa um movimento individual de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes visando atender a necessidade de alto desempenho da força de trabalho. Trata-se agora de obter o consenso dos trabalhadores com o objetivo de fazê-los acreditar que esse novo mundo do trabalho valoriza seu envolvimento, sua criatividade e lhes dá não só mais tempo para aproveitar a vida, enquanto, na verdade, o que se verifica é uma maior responsabilização do trabalhador em relação aos resultados atingidos pelas organizações.

Do ponto de vista dos empresários, a qualificação profissional deve contemplar a formação de competências, inclusive de caráter subjetivo. Segundo Teles (1996) o papel da educação na conformação do cidadão-trabalhador, deve ser o de articular os setores responsáveis pela formação e o setor produtivo, estruturando um sistema educacional que não só atenda as demandas do mercado, mas também da sociedade. Ou seja, compreende-se a educação como um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em uma perspectiva crítica, a qualificação dos trabalhadores se deu a partir do pós-guerra na luta entre capital e trabalho, sendo, portanto, social e historicamente construída. A qualificação profissional se constitui em um campo de disputas, contemplando múltiplas dimensões, aí incluídas aquelas de caráter político. (CHINELLI; VIEIRA; DELUIZ, 2011)

Essa discussão, no caso brasileiro, passa a ter um peso maior na década de 1990, no contexto da flexibilização das relações de trabalho, aparecendo com mais frequência,

nos discursos do governo, dos empresários, dos sindicatos, da mídia em geral e dos indivíduos, como instrumentos para a solução de problemas individuais (conquista ou manutenção de uma posição no mercado de trabalho) e sociais (aumento de produtividade para as empresas e conseqüente desenvolvimento econômico e social para o país). (TARTUCE, 2007 p. 23)

A intenção proposta pelo discurso, sobre as novas formas de gestão do trabalho, é a inclusão e valorização das competências como pré-requisito ao acesso, permanência e mobilidade no mercado de trabalho. Para Biderman e Guimarães:

[...] o universalismo (associado à aquisição) - e não o particularismo (associado à adstrição) - deveria reger as decisões sobre recrutar, avaliar e remunerar os trabalhadores. Escolaridade, qualificação, compromisso, atitude cooperativa, envolvimento com os objetivos da empresa, e outros componentes deste cardápio, eram "ativos" cujo acesso estaria aberto a todos (daí o universalismo propugnado pelas novas formas de gerenciar o trabalho). Sua posse dependeria unicamente do desempenho individual. (BIDERMAN; GUIMARÃES, 2002, p. 4)

Com efeito, o processo de formação pautado no conceito de competência envolve, principalmente os jovens que passam a ele se adequarem face dos requerimentos exigidos pelos postos existentes em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mutável e

complexo, tornando o cotidiano mais imprevisível e vulnerável. Assim a sociedade veicula um discurso de maior escolarização e formação como pré-requisito à ampliação de chances de inserção no mercado de trabalho e de mobilidade profissional.

Na realidade, o empenho na educação nem sempre está atrelado à conquista de um emprego e o que vemos são trabalhadores de diversos setores com o nível médio completo ou até mesmo nível superior ocupando postos de trabalho que exigem baixa qualificação, com salários também baixos, o que pode gerar um sentimento de angústia e frustração nas aspirações pessoais por melhoria na condição de vida.

Do ponto de vista do trabalho (assalariado ou não), níveis formais mais elevados de diplomação, seja do ponto de vista de conteúdos, ao mesmo tempo, num mundo em que o diploma deixou de constituir um bem raro, seu valor caiu estabelecendo-se muitas vezes a competição na área não escolar por parâmetros não educacionais, mas práticos - que dizem respeito a ser capaz de desempenhar melhor tal ou qual tarefa, essa ou aquela função. O papel socializador da escola e das próprias famílias adquiriu outro peso, uma vez que as características pessoais dos indivíduos, o lado subjetivo da qualificação, tornaram-se mais clara e visivelmente decisivos ao bom andamento dos negócios. (PAIVA, 2001, p. 187)

Com o crescimento do desemprego, a flexibilização dos vínculos empregatícios impedindo uma relação mais estável no trabalho e paralelo a isso a diminuição da relevância dos diplomas, a escola passa a ser questionada, visto que, não mais garante inclusão social, mobilidade ascendente, já que não assegura o direito ao trabalho. Ainda assim, a luta pela inserção no mercado de trabalho segue subordinada a um maior grau de escolaridade dos sujeitos.

A transição da escola para o trabalho não está mais tão diretamente associada ao desempenho e ou capacidades individuais. É preciso considerar que essa transição ocorre não só no contexto do mercado, mas também é condicionada pelas condições materiais dos indivíduos e suas famílias. São essas condições que informam as idas e vindas entre escola e trabalho, a configuração das trajetórias educacionais e ocupacionais. Contemporaneamente as trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras adultos vem assumindo características de imprevisibilidade e não linearidade que sempre marcou a transição dos mais jovens.

Com frequência, no Brasil, os trabalhadores transitam entre o emprego formal, o informal e o desemprego caracterizando uma zona cinzenta (LEITE, 1994) entre esses dois pólos. Essa zona acaba sendo preenchida por formas de ocupação atípicas em relação à norma salarial e transições sistemáticas entre situações ocupacionais. Assim a relação entre escola e trabalho fica mais embaraçada já que a escola não consegue responder às expectativas de

mobilidade social devido à seletividade e rotatividade do mercado de trabalho e ausência de políticas públicas que garantam o direito ao trabalho.

Para Guimarães (2004a), no que se refere ao plano individual, o risco de cair ou permanecer no desemprego ou na inatividade intensifica-se, e a procura por trabalho, além de mais duradoura, torna-se, por isso mesmo, mais incerta e árdua.

Para Tartuce (2007, p. 38), "se há trajetórias ocupacionais passadas, há também expectativas de inserção em um percurso diferente, que é imaginado e às vezes também planejado para se efetivar no futuro próximo ou distante".

A sociedade, a família, a escola ao não conseguirem responder aos sonhos, aspirações e expectativas de futuro dos sujeitos contribuem para intensificar a complexidade da transição escola-trabalho, especialmente em relação aos jovens. A sociedade contemporânea parece acirrar sentimentos de perdas de referências que as camadas médias da geração anterior não experimentaram com tanta intensidade. Gerando com isso um desencontro entre o que se espera e o que é realmente concretizado, constituindo assim uma sensação de retrocesso social em relação ao que foi construído pela família na reprodução de certo padrão de vida.

De acordo com Camarano:

O mercado de trabalho encontrado pelos jovens de hoje é muito diferente do mercado encontrado pelos seus pais. Os contratos de trabalho são piores, expandiram-se os contratos temporários e a informalidade aumentou. De forma geral, os jovens de hoje recebem salários mais baixos e estão mais desprotegidos, não contando com o acesso aos benefícios de uma rede de proteção social - como, por exemplo, os benefícios previdenciários, de saúde e seguro-desemprego. "Por outro lado, observam-se crescentes obstáculos para a obtenção do primeiro emprego. (CAMARANO et al., 2001, p.34).

Tradicionalmente, os estudos que tratam da passagem à vida adulta a associavam com expectativas de uma trajetória individual que permite adquirir ou não credenciais que possibilitem o acesso a uma ocupação. O ingresso ao mercado de trabalho evidenciaria uma continuidade de uma trajetória de saída do sistema escolar. Segundo Guimarães, (2006), no Brasil, destacam-se dois aspectos importantes que marcam o processo de transição: a escolar e a profissional. Os sujeitos entram cedo no trabalho tornando as trajetórias ocupacionais e escolares de certa forma conviventes, para a grande maioria dos jovens.

O efeito dessas particularidades que nos especificam torna-se crítico na conjuntura atual, quando os nossos grandes mercados urbanos de trabalho parecem estruturados de forma a ameaçar os trabalhadores jovens com a reprodução duradoura da instabilidade dos empregos precários e da recorrência do desemprego. (GUIMARÃES, 2006, p. 172)

Hasenbalg (2003) compara a dedicação ao estudo e trabalho afirmando que, complementarmente, cresce para todas as idades, o “contingente” daqueles que trabalham e estudam, surgindo um quadro de jovens que passam menos anos nos estudos ocasionando assim um atraso escolar, em relação aqueles que se dedicam exclusivamente a estudar.

A transição entre escola e trabalho e vice versa, se estabelece como um processo aberto sem que haja um caminho ou direção preestabelecidos, que abrange padrões múltiplos quanto às formas de passagem entre as suas várias dimensões constitutivas. A questão se insere em um debate mais amplo no que se refere às oportunidades que permitem a mobilidade social, a discussão gira em torno de saber e ou questionar em que medida habilidades adquiridas, nos diferentes ajustes estabelecidos pelas instituições, garantem igualdade de oportunidades. Questiona-se qual o impacto do legado familiar (capital cultural, social e econômico) na continuidade da estratificação social.

Não existe, segundo Castells (1996), uma solução simples e geral que irá garantir uma transição escola-trabalho de sucesso. Nesse mercado de trabalho, marcado por transformações e incertezas, é cada vez mais exigida a qualificação e ou habilitação dos sujeitos como forma de assegurar a igualdade de oportunidades e de se ajustar às mudanças.

2.3 Trajetória ocupacional

Com as mudanças no mundo do trabalho e no ambiente sócio organizacional, a partir da metade da década de 1990 começa a se configurar o fenômeno do desemprego, que se intensifica, modificando as relações de trabalho alterando assim, o papel dos sujeitos e a diversidade de padrões de inclusão. Mudanças nas estratégias das empresas são tecidas com o propósito de influenciar a dinâmica da entrada dos sujeitos no mercado de trabalho, levando à preocupação e interesse de estudiosos na reflexão das trajetórias ocupacionais de trabalhadores e nas consequências da mobilidade ocupacional e social. Segundo Guimarães (2004) a transição ocupacional vai se manifestando nas diversas sociedades a partir dos seus respectivos sistemas de emprego e proteção social. Nesse contexto, a ameaça da transição para o desemprego ou precariedade ocupacional varia conforme as desigualdades sociais.

Em termos conceituais a noção de trajetória ocupacional compreende um processo de experiências e práticas vivenciadas pelos sujeitos no mercado de trabalho, podendo atingir um determinado período ou estender-se por toda a sua vida. Autores como Silva, consideram as trajetórias ocupacionais como:

[...] resultado de estratégias de obtenção de postos de trabalho e características ligadas aos trabalhadores articuladas com estratégias de abertura ou fechamento de postos de trabalho, de preenchimento de vagas e das condições de trabalho oferecidas por parte do empregador, ambas condicionadas por fatores econômicos e culturais. (SILVA, 2003, p. 38)

Significa dizer que a trajetória ocupacional está ligada às exigências estruturais do mercado de trabalho caracterizadas pelo crescimento econômico demandando atualização, adaptação e flexibilidade dos trabalhadores. Além disso, relaciona-se com os projetos pessoais que impulsionam esses trabalhadores para sua mobilidade no mercado de trabalho. Nos últimos anos a noção de trajetória ocupacional permeou estudos na área da sociologia do trabalho especificando as consequências da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho na década de 1990.

Análises e reflexões como as de Nadya Guimarães tratam das expectativas e viabilidades da inclusão profissional dos trabalhadores atingidos pela reforma estrutural do trabalho. Em seus estudos realizados nas regiões metropolitanas da França e do Brasil sobre as transições ocupacionais e o desemprego, a autora faz uma análise comparativa concluindo que:

[...] a inatividade deixou de ser, ao menos entre nós, um fenômeno de mão-única, que tem lugar nos extremos da trajetória ocupacional, em precisos momentos do ciclo de vida do trabalhador, a saber: num momento inicial, de entrada no mercado de trabalho (quando jovens passam da condição de inativos à de ativos) e no momento final de saída do mercado de trabalho (quando idosos passam da condição de ativos à de inativos). Isto equivale a dizer que o movimento de entrada e saída da atividade econômica (ou da força de trabalho que se oferece no mercado) pode ser tão regular quanto o movimento entre ocupação e desemprego. (GUIMARÃES, 2007, p. 169)

Os grandes mercados de trabalho vêm se transformando no que diz respeito às transições ocupacionais, envolvendo não apenas a transição do trabalho ao desemprego, mas do trabalho e/ou desemprego à inatividade. Os impactos da reestruturação e a vulnerabilidade social passam a ser considerados fatores determinantes para a estabilidade no mercado de trabalho. Na conjuntura brasileira essa dinâmica possibilita tanto a desigualdade nos postos de trabalho como a precariedade, acentuando o movimento descrito por Guimarães, 2004, como do "desemprego de longa duração" para o "desemprego recorrente". Tal processo de reestruturação, intensificado ao longo dos últimos quinze anos, se por um lado aumentou a competitividade e a capacidade de inserir-se numa economia mais globalizada, por outro atingiu profundamente o mundo do trabalho, com efeitos sobre as condições de ocupação e renda dos que nela residem, sobre as suas trajetórias e sobre as formas institucionais clássicas de provimento e regulação das relações de trabalho (COMIN, 2003).

O desemprego tende a se tornar uma condição duradoura levando as instituições a buscarem alternativas para adaptação aos novos padrões de extensão e seletividade, limitando assim a duração dos benefícios, mudando os requisitos de seleção e contratação, de treinamentos e recolocação. Quando os períodos de desemprego e da busca de trabalho ampliam-se e o sistema de proteção torna-se pouco efetivo, começa a se estruturar e provocar um efeito de insegurança ocupacional, levando aos sujeitos a buscar um rendimento extra, considerando a fragilidade da proteção institucional.

[...] a emergência das assim-chamadas formas “atípicas” de emprego, e também de desemprego, transformou os padrões usualmente assumidos pelas trajetórias ocupacionais: em lugar de combinarem-se ocupação duradoura (e protegida) com desemprego ocasional (e igualmente protegido), observa-se um novo padrão, no qual os períodos duradouros de falta de trabalho passaram crescentemente a entrecortar as trajetórias ocupacionais (GUIMARÃES, 2004, p. 5).

Tal contexto passa a aumentar a instabilidade e a insegurança no mercado de trabalho especialmente para os sujeitos menos qualificados. Observa-se que os jovens passam a ter desvantagens principalmente na competição por um emprego, pois de forma geral não possuem experiências nem uma qualificação mais específica para determinados tipos de trabalho, dificultando a sua inclusão e aumentando a questão do desemprego. Assim a entrada dos jovens no mercado de trabalho passa a ser um problema social. Segundo Fresneda (2009), os jovens entre 16 e 24 anos estão incluídos nos índices de desempregados brasileiros, o que gera grande preocupação e urgência em criar condições de reduzir o desemprego juvenil ampliando a permanência dos jovens no sistema de educação ou proporcionando seu acesso no mundo do trabalho.

Segundo estudos e reflexões nessa área, o recurso que pode influenciar o destino do indivíduo no mercado de trabalho é a educação. Existe uma separação entre o vínculo institucional do sistema educacional e o do mercado de trabalho, já que a primeira visa desenvolver habilidades e ou qualificação técnica específica e padronizada e o mercado de trabalho, pós- escolarização formal visa o treinamento para desempenhar atividades em uma determinada função. No contexto brasileiro, o aumento gradativo da qualificação de jovens não significou um aumento na transição para o mercado de trabalho. "A deterioração das condições do emprego juvenil e a má qualidade do ensino público são sérios entraves à mobilidade ascendente e, portanto, à redução das desigualdades de oportunidade". (FRESNEDA, 2009)

No Brasil uma grande maioria dos jovens abandona a escola e não consegue completar sua formação. Dados retirados do PNAD alertam que 20,08% dos jovens, com 16 anos,

conseguem completar o ensino fundamental e 31,4% com 19 anos, conseguem terminar o 2º grau. Torna-se necessário, no caso brasileiro, políticas que combatam a evasão escolar focando na preparação desses jovens para o mercado de trabalho, sem restringir suas oportunidades de mobilidade, principalmente para os jovens cuja sua condição sócio econômica torna-os vulneráveis. Segundo Fresneda (2009) isso sim é considerado o principal desafio de qualquer sociedade dita democrática que se propõe assegurar igualdade de oportunidade para seus cidadãos.

2.4 A Evasão escolar

No levantamento bibliográfico acerca da evasão, observaram-se vastas pesquisas envolvendo o tema no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos (EJA). No que se refere aos Cursos Técnicos, particularmente no campo da Saúde, a evasão escolar depara-se com um de seus maiores problemas e um grande desafio, para a pesquisa na área, que é a escassez de informações sobre o assunto. Entretanto, essa escassez de informações abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico, criando dificuldades adicionais à pesquisa para a construção de indicadores adequados à investigação do problema (DORE; LÜSCHER; BONFIM, 2011).

Além da diversidade de situações que podem levar à evasão, existe também a necessidade de entender suas causas por ser considerada como resultado de processos que ocorrem em todos os sistemas de formação e que ao serem identificados possibilitam a reflexão e a busca por mudanças que possam prevenir e ou reduzir significativamente o número de alunos evadidos, garantindo a permanência do aluno na escola.

A evasão escolar, conforme apontado na introdução seria decorrente de fatores internos e externos às instituições de ensino podendo-se estabelecer uma relação entre esses fatores. Para Rumberger (2004), a evasão é algo difícil de resolver, pois é influenciada por um conjunto de fatores que estão relacionados ao aluno, sua família, a escola e a comunidade em que vive. Para o autor, a perspectiva individual engloba o aluno e as circunstâncias de sua trajetória escolar e a perspectiva institucional leva em conta a família, a escola, a comunidade e os amigos.

No âmbito individual, encontram-se os valores, os comportamentos e as atitudes que irão proporcionar um maior ou menor sentimento de pertencimento do estudante em sua vida escolar. Ainda nessa perspectiva, os aspectos familiares como o nível educacional dos pais, a renda e a estrutura familiar podem contribuir de forma isolada para o êxito ou não do

estudante em algum momento da sua vida escolar. Outro fator relacionado à família reside na qualidade das relações que os pais mantêm com seus filhos, com outras famílias e com a escola. (COLEMAN, 1988; McNEAL, 1999)

É de se notar que mesmo autores com diferentes perspectivas teóricas apontam dois tipos principais de engajamento escolar: o acadêmico ou de aprendizagem e o social ou da convivência do aluno com seus colegas, professores e demais membros da comunidade escolar. Para Rumberger (1987), a forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões é que poderá interferir de modo decisivo sobre a sua vontade de evadir ou permanecer na escola.

Em seus estudos Resende et al., 2013, indica que na dimensão institucional, a evasão encontra-se os recursos escolares, a estrutura da escola, os processos pedagógicos e avaliativos. Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros, os quais em seu conjunto compõem o quadro escolar que pode favorecer ou não a evasão. As pesquisas indicam que os amigos e a própria comunidade escolar exercem grande influência sobre o processo de evasão. Ainda na perspectiva institucional, outros autores como Formiga, Sá e Barros (2011) ressaltam que a escola necessita percorrer novos lugares para expandir o aprendizado e não se deter apenas em sala de aula. Os professores e educadores precisam ir além das disciplinas, sendo necessário um encontro entre a formação filosófica humana e o trabalho em sala de aula. O aluno precisa sentir que é parte fundamental da organização, independente da instituição e do nível em que ele se encontra. Por sua vez a instituição precisa construir projetos que integrem o conhecimento com o desenvolvimento humano e social.

Ao perceber a evasão a escola precisa realizar uma avaliação de seus processos pedagógicos (matrizes curriculares, atividades pedagógicas) verificando os nós críticos, não deixando, também, de estar atenta a evolução da ciência e tecnologia. Em suas pesquisas sobre a evasão no ensino médio, Abramovay e Castro (2003) chamam a atenção para variadas razões relacionada principalmente às situações de classe como a necessidade de trabalhar ou não ter meios econômicos, condicionantes socioeconômicos que ressaltam uma exclusão social. As autoras fazem uma diferenciação entre abandono e evasão. Destacando que o abandono ocorre quando o aluno deixa a escola por alguma razão, mas retorna quando resolve o problema que o impedia de dar continuidade aos estudos, diferente da evasão que é quando o aluno para de estudar. Para as autoras essa distinção é pouco nítida já que: “[...] as estatísticas oficiais classificam como evasão as duas situações (abandono e evasão), pois são calculadas a partir da diferença entre o número de matrículas no início e no fim do ano” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p. 529)

Em se tratando das perspectivas extra instituição, os estudos indicam que a evasão pode estar relacionada a conflitos com o horário de trabalho, com a oferta de disciplinas ou horário do curso, dificuldades de locomoção do aluno entre a escola e a casa/trabalho, gravidez, a falta de uma política efetiva de valorização na formação técnica. Ainda em relação a esses fatores, Mekenas (1992), enfoca os cursos noturnos onde os alunos são obrigados a trabalhar para sustento próprio da família, exaustiva maratona diária e desmotivada pela baixa qualidade do Ensino, onde muitos desistem dos estudos sem completar o curso. (MEKENAS, 1992, p. 98)

Para os autores, (MOTTA, 2007; SOARES, 2010; KLEIN; FREITAS, 2011; ANDRADE et al., 2013), que defendem a evasão como associada a fatores extra instituição, observa-se que ela se relaciona aos desgastes físicos dos alunos como fome, cansaço, dificuldades financeiras, afazeres domésticos que irão prejudicar seu desempenho. Segundo Pimenta (1992), esses desgastes são decorrentes da necessidade do aluno trabalhar para ajudar na renda familiar.

Todos esses fatores individuais, institucionais e sociais presentes no entendimento da evasão, confirmam que a evasão constitui um processo dinâmico e complexo. Elizabete Nunes et al. (2007) em seu artigo sobre a evasão de alunos dos cursos da área de enfermagem no Paraná, enfatiza que a profissionalização de trabalhadores nos cursos técnicos de enfermagem não garante a ascensão ou progressão em suas carreiras, o que pode ser considerado um determinante para evasão do curso, mesmo que o curso seja oferecido sem custo. Nessa pesquisa verificou-se que os problemas de ordem pessoal e social decorrentes das demandas familiares, da dupla jornada de trabalho e das condições sociais e econômicas, ainda se constituem como os principais entraves à formação desses profissionais.

As diversas possibilidades de mudanças no itinerário do ensino técnico podem sinalizar, de um lado, oportunidades de escolha ou de experimentação profissional e de outro, significar instabilidade ou dificuldade de orientação do aluno quanto ao seu caminho profissional. Podem também indicar um movimento que levará a saída definitiva do sistema de ensino.

Segundo Luscher e Dore (2011), entre os percursos da formação profissional o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em determinada área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área /eixo ou, ainda permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade (integrado, concomitante ou subsequente). Outra opção é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional.

Dessa forma, torna-se relevante conhecer e acompanhar o movimento do aluno nos cursos técnicos o que possibilitará a formulação de políticas efetivas que combatam a evasão, ou “no âmbito das políticas públicas ou das práticas pedagógicas internas a cada instituição”. (LUSCHER; DORE, 2011, p. 153)

Como já citado, o problema da evasão escolar é multifacetado podendo ser associado a várias circunstâncias e situações que irão dificultar sua apreensão e quantificação. O Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisa – Inep sinaliza como abandono a saída do aluno da escola quando este deixa de frequentar a escola em um determinado ano. O Inep não vai mais além, não contempla a diversidade de situações envolvidas e que podem determinar essa saída. Se preocupa apenas com o levantamento dos dados estatísticos que irão servir de panorama nacional para as modalidades de educação (fundamental, média, profissional e superior).

Do ponto de vista conceitual, quando falamos em abandono escolar, este é compreendido como a situação na qual o aluno deixa de frequentar a escola. A evasão, da mesma forma, pode ser compreendida como desistência ou abandono escolar, trancamento de matrícula para um possível retorno ou de uma retenção por frequência ou conteúdo. Para Luscher e Dore, 2011, o abandono se associa igualmente a evasão escolar:

[...] a evasão escolar tem sido associada a situações muito diversas. Pode se referir à retenção e repetência do aluno da instituição; à saída do aluno do sistema de ensino; à não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola e posterior retorno". (LUSCHER; DORE, 2011, p. 4)

Em se tratando da evasão escolar na formação técnica, esta representa uma preocupação que atinge o desenvolvimento do jovem e/ou adulto que tem como objetivo a sua qualificação em busca de uma boa colocação no mercado de trabalho melhorando assim sua qualidade de vida. A demanda e a busca por cursos técnicos aumenta a cada ano conforme pesquisas nesta área, aumentando também as parcerias entre as escolas técnicas e as empresas/instituições públicas que necessitam qualificar seus funcionários. No entanto a evasão ainda persiste, com percentuais significativos, preocupando e exigindo das instituições profissionalizantes estratégias internas que diminuam o índice dessa evasão.

São poucas as pesquisas identificadas que abrangem o ensino técnico regular de nível médio ou profissionalizante. A grande maioria dos estudos pesquisados sobre a evasão nessa modalidade, expressam vários fatores já confirmados por estudiosos como: falta de motivação ou interesse pelo curso; escolha precoce da carreira profissional; fatores ligados ao contexto individual, familiar e sócio econômico do aluno (problemas de saúde, dificuldades financeira,

incompatibilidade do horário de trabalho e estudo, escolha entre trabalho e estudo, entrada em curso superior, transporte); fatores ligados a instituição (baixa qualidade no ensino, desempenho acadêmico do aluno, distanciamento entre a teoria e a prática real) e o abandono sem justificativa.

Todos esses motivos são identificados pela literatura sobre a evasão escolar. Em um dos estudos pesquisados encontramos Soares, 2010 que mostra aspectos relativos à escola como: excesso de matérias, desinteresse ou exigência dos professores, esse último fator passa a ser responsável pelo abandono dos estudantes, o que leva a importância de focar em recursos que tornem a escola um espaço inovador, atrativo transformando o processo de ensino-aprendizagem em um processo mais efetivo.

Existe uma imensa possibilidade de mudança que irá marcar o caminho do ensino técnico, significando diferentes escolhas de oportunidades e de experimentação profissional ou que podem também indicar a instabilidade e/ou a falta de orientação do aluno acerca dos rumos profissionais que deseja seguir. É importante conhecer a dinâmica e movimentação do aluno nos cursos técnicos o que poderá contribuir para rever as práticas pedagógicas internas as instituições e a formulação de políticas direcionadas para o problema da evasão.

As condições socioeconômicas, culturais, demográficas, pedagógicas podem ser apontadas como causas, isoladas ou correlacionadas, que poderão determinar a evasão. Além de identificar as causas é necessário seu entendimento para um melhor acompanhamento e identificação daqueles alunos com risco de abandono, tratando a situação de forma diferenciada e promovendo uma integração maior entre aluno/escola/curso. Torna-se importante um acompanhamento mais ativo e eficaz de todos os setores (gestores, escola, sociedade, etc.) que de alguma forma têm contato com o aluno para que atuem de forma integrada no sentido de formulações de estratégias e ou políticas capazes de combater a evasão, e estimular o estudante a sua permanência concluindo assim seus estudos.

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SUS E OS TRABALHADORES DA ENFERMAGEM

3.1 A formação profissional em saúde

Historicamente tanto a educação geral, quanto a profissional constituem campos de disputas entre projetos distintos e exprimem projetos hegemônicos voltados para o capital, com o objetivo de adaptar os trabalhadores às condições concretas do mercado. Isso não significa, porém, a inexistência de movimentos contra hegemônicos, pautados por uma visão de educação emancipatória, transformadora da sociedade. Assim, do ponto de vista dos empresários, cabe à educação formar profissionais disciplinados, dedicados ao trabalho, enquanto em uma visão crítica, cabe aproveitar os espaços gerados pela contradição capital-trabalho para formar trabalhadores em uma perspectiva transformadora da realidade em que vivem. Segundo Ramos (2006), a Educação Profissional em sua concepção mais abrangente,

designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas. (RAMOS, 2006, p. 14)

No caso da saúde, a formação pode ser realizada em serviços (formação inicial ou continuada) e em instituições de ensino (formação inicial ou continuada, formação técnica e tecnológica). Compreende as formas de ensino integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio. Tanto a formação técnica como a tecnológica se organizam atualmente em doze subáreas⁴ de formação em saúde, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais da área (Brasil, 2000).

A área profissional saúde, diz respeito às ações integradas referentes às necessidades individuais e coletivas, com base em modelo que ultrapasse a ênfase na assistência médico-hospitalar, desenvolvendo suas práticas em locais tais como: centros de saúde postos de saúde, hospitais gerais e especializados, laboratórios, domicílios, centros comunitários, escolas e outros espaços sociais.

⁴ Embora as práticas dos profissionais de saúde tenham sido separadas didaticamente, suas funções estão inter-relacionadas, ou seja, toda dinâmica em saúde se organiza em um ambiente para a educação do cliente no sentido à autogestão da sua saúde. O universo de saberes, na área de saúde, é muito complexo exigindo assim a utilização de técnicas que se diversificam de acordo com as seguintes subáreas: Biodiagnóstico; Enfermagem; Estética; Farmácia; Hemoterapia; Nutrição e Dietética; Radiologia e Diagnóstico por Imagem em Saúde; Reabilitação; Saúde Bucal; Saúde Visual; Saúde e Segurança no Trabalho e Vigilância Sanitária. A reunião dessas subáreas completam o panorama geral do trabalho em Saúde. (BRASIL. Ministério da Educação 2000)

A partir da década de 1990 a educação profissional em saúde também passa a ser pautada pela noção de competências, atendendo as necessidades geradas pela competitividade e maiores exigências na qualidade dos produtos e serviços requisitando habilidades por parte dos trabalhadores de caráter sócio afetivo que nem sempre estavam diretamente relacionadas com o conhecimento técnico.

Ao final da década de 1950, inicia-se um debate sobre as condições educacionais e de saúde, passando a ser parte de discurso de estudiosos, planejadores, dirigentes institucionais que as vinculavam ao aumento das possibilidades de avanço econômico e social do país. Inspirado na teoria do capital humano⁵, esse debate se apoiava no entendimento de que os gastos com os setores sociais devem ser contabilizados como investimentos rentáveis, a serem assumidos pelo Estado. Por essa ótica, os gastos com saúde, por exemplo, teriam inquestionável retorno, em razão do aumento da produtividade proporcionada por trabalhadores mais saudáveis, assim como o investimento em educação, em especial na educação profissional possibilitaria uma melhor adequação da força de trabalho ao mercado. (FRIGOTTO, 1986; OLIVEIRA, 2001).

De fato, durante o regime militar, sobretudo no período denominado de milagre econômico⁶ (1968 a 1973), a saúde começa a se destacar como um setor de absorção de pessoal, devido principalmente à ampliação dos serviços médico-hospitalares, ocorrendo um incremento dos postos de trabalho concentrado, segundo Médici (1987), em duas categorias de trabalhadores: os atendentes de enfermagem e os médicos.

Sob a justificativa da necessidade de pessoal técnico de nível médio mais qualificado, a formação profissional em saúde investe na renovação e ampliação das habilidades técnicas necessárias ao exercício das ocupações e nas metodologias para desenvolvê-las. Mesmo com todo esse investimento, fundamental para o enfrentamento das transformações que ocorrem continuamente no mundo do trabalho, ainda persiste uma proposta pedagógica que tem como meta atender as necessidades imediatas dos empresários da saúde. A formação técnica em saúde, realizada majoritariamente pelo setor privado, prepara os trabalhadores em prazos considerados curtos e com baixos custos para um 'consumo imediato'. (PEREIRA, 2007)

⁵A noção do Capital Humano, segundo Frigotto, trata-se de uma maneira que os intelectuais da burguesia mundial criaram para explicar a questão da desigualdade entre as nações e entre os indivíduos ou grupos sociais sem esclarecer a razão real que produz essa desigualdade: a propriedade privada dos meios de produção pela classe capitalista e a compra da força de trabalho - "única mercadoria que os trabalhadores possuem para proverem os meios de vida seus e de seus filhos." (FRIGOTTO, 2006)

⁶Milagre econômico é a denominação dada para o crescimento econômico durante o regime militar no Brasil (1968 - 1973). Nesse período a taxa do Produto Interno Bruto (PIB) deu um salto de 9,8% a.a em 1968 para 14% a.a em 1973. A inflação que estava em 19,46% (1968) passou para 34% em 1974, o que significou um aumento da concentração de renda da desigualdade social no Brasil.(HAMMOUD, 2008)

É importante salientar que existem projetos educacionais que divergem dessa perspectiva calcada no imediatismo do mercado, entendendo que a educação é um espaço de lutas e desafios e que pode ser articulada a um projeto de sociedade não excludente. Esses projetos vêm sendo realizados pela Rede de Escolas Técnicas do SUS. A formação profissional técnica dos trabalhadores da saúde só passa a ocorrer de forma regular a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61⁷. Antes o ensino técnico era organizado e baseado nas Leis Orgânicas de Ensino e limitado apenas à formação de trabalhadores para o comércio, a indústria, a agricultura e o magistério.

São exemplos de perspectivas na ‘educação profissional em saúde’, a ‘concepção ensino e serviço’, desenvolvido pelas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS), e a ‘concepção politécnica’ implementada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ). Essas experiências são realizadas no cenário histórico e social do capitalismo tardio, um cenário contraditório e complexo, em que se confrontam as posições progressistas, que defendem e reafirmam a saúde como um direito universal, e a realidade da formação recente do capitalismo em nosso país, que tende a tornar a saúde uma mercadoria.

3.2 O campo da formação no SUS

Desde a década de 1950 inicia-se a configuração do campo de Recursos Humanos na Saúde (RHS) através de análises sobre a formação médica estimuladas pela Organização Pan Americana de Saúde (Opas). É a partir dos anos 1960 que se iniciam estudos que procuram identificar a força de trabalho na saúde, ocorrendo assim na década seguinte, o processo de institucionalização do Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS) que tinha como objetivo capacitar pessoal de nível médio e elementar e corroborar com a criação de sistemas de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde (PAIM, 1994).

Em 1963 ocorre a III Conferência Nacional de Saúde (CNS), ainda influenciada pelo movimento sanitário, que discute a formação dos trabalhadores da saúde. Na época, ainda havia uma visão da saúde baseada na figura do médico, colocando em segundo plano a formação dos demais trabalhadores da saúde. Com essa visão, levantam-se perspectivas

⁷A lei de Diretrizes e Bases 4024/61 ou simplesmente LDB/61 é a 1ª lei de diretrizes e bases da educação nacional que regulamenta o sistema educacional no Brasil. Trouxe a possibilidade de acesso ao nível superior para egressos do ensino técnico e a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais num esquema de rígido controle do sistema educacional brasileiro.

modernizadoras da questão da saúde no país contribuindo para implantação de um sistema nacional de saúde unificado.

Na década de 1970 ocorre uma parceria entre o governo brasileiro e a Organização Pan-Americana (OPAS) resultando na assinatura de um acordo de cooperação técnica na área de desenvolvimento pessoal na saúde, surgindo o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS), que tinha como objetivo central capacitar pessoal de nível médio e elementar e apoiar a criação de sistemas de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde nos Estados (PAIM, 1994).

O PPREPS tornou-se um programa de grande importância, pois possibilitou a estruturação e articulação da área de RHS, formando sanitaristas e estendendo seus cursos descentralizados de saúde pública, a diversos estados do país. Sua matriz dá origem a um planejamento de governo envolvendo as áreas de trabalho e educação na saúde. Outros programas, como o Projeto de Formação em Larga Escala e a Capacitação em Desenvolvimento de Recurso Humano (CADRHU) foram efetuados.

Com a VIII Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986 em pleno processo de Reforma Sanitária e de redemocratização do país, ocorre a reformulação das políticas de saúde. Essa Conferência se desdobra na realização das Conferências Nacionais de Recursos Humanos, a área de RH torna-se mais definida e institucionalizada o que leva a um processo, particular, de análise de suas temáticas próprias. (VIEIRA, 2011)

Nesse mesmo ano acontece a Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde (CNRH) definindo uma agenda específica baseada nas reivindicações dos trabalhadores de saúde e considerando a reorganização de suas práticas e de suas bases jurídico-legais. Essas reivindicações incluíam o incentivo para a qualificação profissional, melhoria da remuneração e das condições de trabalho e a definição de uma política de recursos humanos que contemplasse um plano de cargos, carreira e salários.

Nos anos seguintes, segundo Noronha e Soares (2005), cresce a ruptura com os preceitos constitucionais que estabelecem a saúde como direito de todos e dever do Estado, baseados nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Nos anos 2000, na medida em que as demandas relativas às questões de trabalho na saúde não tinham centralidade na agenda da saúde pública brasileira, tem lugar um debate entre diferentes instâncias do campo da saúde em torno da gestão do trabalho no SUS. Conforme a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUS (NOB/RH-SUS), a área de gestão do trabalho em saúde configurava-se como a mais complexa do SUS, tornando necessária a valorização profissional e regulação das relações de trabalho para o fortalecimento dos ideais

da Reforma Sanitária e o resgate da gestão de trabalho em saúde como uma política pública (BRASIL, 2002).

Nesse contexto, as discussões havidas na XII Conferência Nacional de Saúde em 2003, giravam em torno do eixo “O Trabalho na Saúde”, destacando-se as questões relacionadas aos recursos humanos como a gestão, a precarização das relações de trabalho e aspectos da qualificação dos trabalhadores do setor (BRASIL, 2004).

Diante da necessidade de reorientação da área de RHS, o início do primeiro mandato do governo Lula (2003- 2006) foi aguardado com muitas expectativas de mudanças. Em relação à saúde esperava-se que se afirmassem os princípios dos SUS, formulando-se diretrizes que combatessem suas contradições mediante principalmente novos mecanismos de gestão. Na agenda política do ministro da Saúde, Humberto Costa apontava-se cinco ações prioritárias, como: a ampliação do acesso ao SUS e da oferta de medicamentos, qualidade no atendimento, controle de doenças que poderiam ser evitadas e uma maior cobertura em relação à atenção básica. (VIEIRA, 2011)

Em 2003 é criada a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SEGTES) encarregada das questões relativas à gestão, capacitação e formação de trabalhadores da saúde, sendo construídas estratégias para enfrentar a dívida relativa à questão dos RH em saúde. Para alguns autores como (MOROSINI, 2010; PIERANTONI et al., 2008; TEIXEIRA; PAIM, 2005; VIEIRA, 2005) a SEGTES representa um avanço na estruturação de uma política de recursos humanos em saúde contribuindo para o desenvolvimento da Política Nacional de Saúde. A criação dessa secretaria repercutiu nas instâncias estaduais e municipais do governo, possibilitando uma revisão da questão dos recursos humanos em saúde e a ampliação desses setores nas secretarias.

Um dos objetivos proposto pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde era o de superar o conceito de recursos humanos, até então restrito a uma dimensão funcional, reduzindo o trabalhador à condição de recurso. A SEGTES reforçava a ideia de um novo conceito de recursos humanos, entendido como uma constituição de atores que têm capacidades de refletir sobre sua prática de trabalho onde a educação participaria como mobilizadora dessa prática. (VIEIRA, 2011)

Houve no que se refere aos trabalhadores do SUS, uma das prioridades do então governo, certa redução das condições precárias dos vínculos de trabalho, porém, via terceirização. O Ministério da Saúde salienta o entendimento do trabalhador como sujeito e agente transformador de seu ambiente de trabalho e não como apenas um realizador de tarefas estabelecidas. (VIEIRA, 2005)

Varella e Pierantoni (2008) ressalta que era preciso um novo formato de gestão de recursos humanos, renomeando e resignificando essa gerência para uma “gestão de pessoas”, o que valorizaria o trabalhador e humanizaria a área. Com a saída do Ministro Humberto Costa em 2005 e a posse de Saraiva Felipe, a SGETS passa por mudanças que afetam sua equipe e as orientações das políticas. Essa mudança refletiu, em especial, no Departamento de Gestão da Educação na Saúde, pois provoca uma alteração na política de educação permanente em saúde a partir da nova portaria (1.996/2007) que liga a política de EPS às instâncias de pactuação e de controle social do SUS.

Em março de 2006, após treze anos da II CNRHS, acontece a III Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde⁸ cujo tema era - Trabalhadores da saúde e a saúde de todos os brasileiros; práticas de trabalho, de gestão, de formação e de participação.

A implementação e institucionalização do SUS como direito à saúde necessita de uma política nacional de formação de trabalhadores que fortaleça as mudanças no modelo de atenção e uma melhor qualidade da assistência. Com esse objetivo, o Ministério da Saúde vem formulando projetos de formação, em sua grande maioria desenvolvidos pelos centros formadores de recursos humanos em saúde e Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), que vem se tornando referência para a formação profissional em saúde nos níveis básico, técnico e pós-técnico da educação profissional.

3.3 O processo de qualificação dos trabalhadores da enfermagem

A reflexão sobre o processo de qualificação dos trabalhadores de saúde, precisamente trabalhadores de enfermagem, implica em levar em conta que as especificidades da produção do cuidado. Não se trata de um trabalho padronizado, organizando-se por atividades flexíveis expressas nas imprevisibilidades do processo de trabalho, demandando o desenvolvimento de competências emocionais e relacionais.

Segundo Pereira, 2007, o traço da divisão social e técnica do trabalho em saúde mais tradicional diz respeito à história da enfermagem. Essa história revela distintas atividades realizadas por atendentes, auxiliares, técnicos e enfermeiros que demandavam qualificação

⁸ III Conferência Nacional de Recursos Humanos na Saúde foi organizada em seis eixos temáticos: 1.Gestão do trabalho; 2.Educação na saúde; 3.Participação do trabalhador na gestão e negociação do trabalho e na gestão da educação na saúde; 4. Financiamento do trabalho e da educação na saúde; 5. Controle social na gestão do trabalho e da educação em saúde; e 6. Produção e incorporação de saberes a partir das práticas de trabalho, de gestão, de formação e da participação, com foco no cuidado e na saúde do trabalhador do SUS. (VIEIRA, 2011, p. 108)

diferenciada A enfermagem, em sua origem, apresentava-se como uma prática de caridade, de ajuda aos desfavorecidos, marcada por características religiosas e morais influenciadas pelas instituições femininas e religiosas.

A qualificação para o desenvolvimento das práticas em enfermagem, não se respaldava em um ensino articulado, sistematizado, mas em treinamentos em serviço principalmente de jovens vindos de conventos.

O treinamento era essencialmente prático, desenvolvido através de atividades em orfanatos, nas residências dos pacientes e nos hospitais existentes. Os superiores, já treinados, orientavam o aprendizado das novatas que desenvolviam comportamento copiativo, numa relação mestre-aprendiz... aprendiam algumas preleções sobre anatomia e patologia, não se preocupava com o nível intelectual e em dar informações teóricas às aprendizes [...] (REZENDE, 1989, p. 59)

Na Inglaterra, século XIX, a qualificação de trabalhadores para a prática de enfermagem moderna, foi iniciada com a criação da primeira escola de enfermagem denominada nightingaleana, devido a Florence Nightingale. A escola desenvolvia a formação com duração de um ano e os médicos eram responsáveis por ensinar a parte prática. Inicialmente os cursistas, geralmente mulheres, eram das camadas sociais mais abastadas, denominadas de ladies, que pagavam pela formação e de alunas oriundas das classes populares, chamadas nurses, que tinham gratuidade na formação e na moradia.

Segundo Rezende (1989, p. 63). "a enfermagem nasceu dividida em dois estratos sociais distintos. Às ladies cabia o pensar concretizado nos postos de comando. Para o trabalho manual ficaram as nurses. A dicotomia entre o trabalho manual e intelectual pela classe social". Podemos observar nitidamente a separação social que determina a divisão técnica do trabalho. Mesmo recebendo o mesmo tipo de qualificação, para as ladies foram reservadas funções de controle e supervisão e para as nurses atividades ligadas aos trabalhos manuais, desempenhando assim, funções submissas.

Podemos observar que na prática da enfermagem existia uma fragmentação do trabalho, uma divisão de tarefas, que contribuiu para manter a divisão de trabalho. Por um lado, um trabalho que exigia pouca habilidade e, por outro, um trabalho mais especializado que demandava mais qualificação, exercido pelas enfermeiras que tinham mais acesso aos médicos. Essa divisão do trabalho permanece nos dias de hoje e está presente no trabalho em saúde como um todo. Recebem salários que não correspondem à sua responsabilidade e ao desgaste físico e emocional a que estão submetidos e desempenham suas funções e ações em ambientes precários com escassez de equipamentos e medicamentos básicos.

Os cursos de qualificação destinados aos trabalhadores do nível fundamental e médio da saúde, geralmente têm curta duração, caracterizam-se por treinamentos rápidos reduzidos, muitas vezes, a uma qualificação mecânica. Outra característica que fragiliza essas qualificações é a dificuldade, por parte das instituições, em liberar esses profissionais para a realização de cursos com uma duração mais longa, o que acarreta desatualização e melhoras reduzidas nas ações que desenvolvem em seu dia-a-dia.

Note-se que desde a segunda metade dos anos de 1980 são construídas estratégias buscando viabilizar a formação dos trabalhadores de nível médio de enfermagem como o Projeto Larga Escala (LES), oriundo do Acordo de Recursos Humanos firmado entre o Ministério da Saúde, o MEC, o Ministério da Previdência Social e a Opas. Esse projeto teve por objetivo a formação profissional daqueles trabalhadores de nível médio e fundamental, já inseridos nos serviços de saúde⁹.

O LES foi embasado no conteúdo teórico de diversas correntes pedagógicas, entre elas a psicologia genética de Piaget; a metodologia de formação de adultos de Joffré Dumazedier; a metodologia participativa de Paulo Freire; além da proposta do estruturalismo curricular. A metodologia participativa de Paulo Freire, referencial teórico de vários documentos da área de educação, preconiza a problematização como um estágio fundamental na educação de adultos, partindo da realidade concreta destes para um processo de abstração. Vê a educação como prática da liberdade, um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. (FREIRE, 1979).

Freire percebe a educação como um processo dinamizador que propõe mudanças, problematizando o presente e o futuro com o objetivo de transformá-los, assim como o LES que visa a uma formação integral profissionalizante dos adultos engajados na força de trabalho do setor saúde.

Entenda-se por formação ou educação profissionalizante a apropriação e pleno domínio de conhecimentos e habilidades através da associação teoria-reflexão práticas, como um processo que se propõe cultivar metodologicamente a inteligência; promover a reflexão coletiva sobre a comunidade; estimular generalizações apoiadas em diferentes fontes de informação; propiciar ao educando a reformulação de suas representações iniciais, para assumirem a transformação metódica de sua prática e de seu meio. (BRASIL, 1982).

⁹Segundo Izabel Santos, consultora da Opas e idealizadora do Larga Escala (LES), havia 300 mil trabalhadores empregados nos serviços de saúde sem qualificação específica desempenhando funções diversas, que atuavam em saneamento e vigilância sanitária. Esses trabalhadores, além de receberem os salários mais baixos do setor, acabavam reféns das instituições para as quais trabalhavam por não possuírem uma habilitação formal garantida por uma formação legitimada pelo sistema educacional, conforme publicação na Revista Saúde em Debate de março de 1989.

Este projeto não se configurou como política pública, mas como estratégia de formação, experiência pedagógica, movimento ou ideia visando qualificar uma força de trabalho empregada no setor saúde, bem como mudanças na prática profissional dos trabalhadores deste setor. Na década de 1980, as iniciativas em favor da profissionalização do nível médio e fundamental eram entendidas como meros treinamentos que reproduziam ações mecânicas. Mesmo sendo proveitoso pela necessidade e empenho dos trabalhadores envolvidos era imprescindível uma certificação exigida pelo mercado de trabalho e pelos próprios trabalhadores.

Com a descentralização dos serviços e a mudança da responsabilidade de execução e oferta da atenção à saúde para o nível local, ocorrem obrigatoriamente transformações no processo de formação dos trabalhadores de saúde no Brasil. Nesse cenário de mudanças é criado no ano de 2000, o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), configurando-se como um passo adiante do Larga Escala. Surge como uma medida criada pelo Ministério da saúde para melhorar a qualidade dos serviços prestados na assistência pelos trabalhadores de enfermagem no SUS.

A princípio foi organizado em dois componentes: "Qualificação Profissional e escolarização de trabalhadores de enfermagem" e Fortalecimento institucional das instâncias formadoras e reguladoras de recursos humanos do SUS". No guia geral do Profae destaca-se o objetivo de cada componente:

O objetivo do componente I é melhorar a qualidade da atenção ambulatorial e hospitalar promovendo a complementação do ensino fundamental e da qualificação profissional dos trabalhadores empregados nos estabelecimentos de saúde (públicos, privados e filantrópicos). O componente II destina-se a financiar atividades que objetivam viabilizar as ações previstas no componente I e garantir a sustentabilidade de seus resultados, a longo prazo, mediante o desenvolvimento de atividades de fortalecimento institucional e desenvolvimento de expertises que possibilitem a instituição de processos permanentes de formação e regulação de recursos humanos de nível médio que atendam ao setor saúde. (BRASIL, 2000, p. 11 apud PEREIRA; RAMOS, 2006, p. 56).

O Profae é desenvolvido, a nível nacional, de forma descentralizada, estabelecendo parcerias com gestores do SUS em todos os níveis (federal, estadual e municipal) com o objetivo de buscar condições para a implementação das turmas nos municípios, na busca de atingir os espaços de trabalho e residências dos alunos-trabalhadores . Sua organização compreende: Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem; Complementação da Qualificação de Auxiliar de Enfermagem para o Técnico de Enfermagem e a Complementação do Ensino Fundamental. A Qualificação Profissional e a Escolarização de

trabalhadores de enfermagem" são desenvolvidas nas escolas autorizadas pelos Sistemas Estaduais de Educação.

Em se tratando do Componente II, este, está direcionado para o fortalecimento e consolidação de instâncias formadoras e reguladoras do SUS. Se organiza em quatro sub setores: "curso de especialização para a capacitação de docentes da educação profissional de nível médio; desenvolvimento e implantação de sistema de informação sobre a formação de competência do auxiliar de enfermagem; modernização administrativa e capacitação técnico-gerecncial das Escolas Técnicas de Saúde do SUS." (PEREIRA, 2007)

O curso de especialização para a capacitação de docentes da educação profissional de nível médio da área de saúde é realizado pelas instituições estaduais ou regionais que desenvolvem um trabalho com o ensino em saúde, sendo desenvolvido através da metodologia de educação à distância.

A meta alcançada pelo Profae foi a profissionalização dos trabalhadores de enfermagem levando a um salto no nível de qualidade dos serviços de saúde pública, privada e filantrópica. Além da qualificação, o Profae levou, aos trabalhadores de saúde, um estímulo e incentivo para que aprimorassem seus níveis de escolaridade. Os alunos-trabalhadores que participavam dos cursos do Profae receberam mensalmente um auxílio aluno para custear, parcialmente, suas despesas com transporte e alimentação. O Profae Proporcionou também a gratuidade dos cursos e materiais didáticos (livros, bolsa, camisa e cadernos).

Segundo os dados do Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, o Profae formou 319.518 trabalhadores de enfermagem, constituindo o maior projeto de educação em saúde e capacitação técnica na história brasileira.

3.4 ETSUS: instituições formadoras dos trabalhadores do SUS

As Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) são instituições públicas criadas a partir de 1980 pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS e a Organização Pan-Americana de Saúde / BRASIL - OPAS, com o objetivo de promover ações formativas para os trabalhadores de nível médio. Seus cursos, financiados em sua maioria pelo Ministério da Saúde, incluindo dois grandes projetos como o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) e o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), são construídos sob a ótica das políticas Nacional e Estadual de Educação Permanente.

Atualmente, as 40 instituições denominadas Escolas Técnicas do SUS, Centros Formadores de Recursos Humanos ou Escolas de Saúde Pública do SUS estão presentes em todos os estados brasileiros. São instituições que além da qualificação profissional dos trabalhadores de nível médio na saúde, buscam uma formação que considera a relevância das relações sociais em que esses alunos estão inseridos, com destaque para o cotidiano de trabalho, as relações com os demais membros da equipe, construindo junto com o aluno uma reflexão aonde o processo de trabalho vai além da prática específica.

Formam uma Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde - RET-SUS, em sua maioria lotada nas Secretarias Estaduais de Saúde, através da Portaria nº 1.298 de 28 de novembro de 2000 e atualizada pela Portaria nº 2.970 de 25 de novembro de 2009. Tem como objetivos: compartilhar informações e conhecimentos; buscar soluções para problemas de interesse comum; difundir metodologias e outros recursos tecnológicos destinados à melhoria das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica, tendo em vista a implementação de políticas de educação profissional em saúde, prioritariamente para os trabalhadores do SUS e promover a articulação das instituições de educação profissional em saúde no país, para ampliar sua capacidade de atuação em sintonia com as necessidades ou demandas do SUS (BRASIL, 2007).

O público alvo é composto por estudantes - trabalhadores, com faixa etária e nível escolar variado, sem perspectiva de financiar um curso em que pudessem ser qualificados. Essas peculiaridades eram pouco compreendidas pelos Conselhos Estaduais de Educação que exigiam relatórios parciais bem estruturados para que as escolas, dentro de um determinado prazo fossem consideradas regulares. Com o tempo as Escolas foram ganhando confiança, experiência, até que "o povo da educação foi aceitando" Santos (apud PEREIRA, 2002, p. 132). Neste sentido, têm parâmetros para a formação dos trabalhadores de nível médio e fundamental da saúde distintos da formação de uma escola regular. Têm como característica o currículo integrado possibilitando uma maior discussão em torno dos serviços e com os problemas neles enfrentados. No entendimento de Sório (2002), currículo integrado constitui,

[...] um plano pedagógico que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, serviço e comunidade. O conhecimento não é estático, acabado, definitivo. Sua renovação precisa estar constantemente se inserindo na prática, e vice-versa, num movimento dialético, incessante de realimentação de ideias pelos fatos e dos fatos pelas ideias. (SÓRIO, 2002, p. 53)

Na proposta da autora, os problemas e suas hipóteses de solução teriam como pano de fundo as características socioculturais do meio em que esse processo se desenvolve (SÓRIO, 2002, p.53) Privilegiam os conhecimentos, experiências e expectativas trazidas pelo aluno

trabalhador utilizando-os como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem. Segundo Ramos (2010) os conteúdos programáticos têm uma relação com os problemas que estão no cotidiano vivenciado pelo aluno, sendo a prática considerada como experiência de ensino e o ambiente de trabalho como local preferencial da formação profissional.

Os Projetos desenvolvidos por essas Escolas estão baseados na oferta de cursos técnicos e ou complementares de qualificação técnica executados de forma descentralizada e pactuados com os gestores municipais. A pactuação torna-se bastante relevante, pois são os gestores municipais que viabilizarão a estrutura física, a alimentação e, em alguns casos, o transporte para aquele aluno que mora na zona rural.

Os cursos têm como público alvo, adultos, trabalhadores de nível médio oriundos das camadas populares desempenhando funções imprescindíveis nos serviços de saúde e que almejam uma formação específica para seu exercício profissional, o que não garante sua ascensão profissional nas instituições em que trabalham a não ser por via de concurso público ou o ingresso em uma instituição privada. Em relação aos docentes, "as Escolas trabalham com um mínimo de quadro fixo e com uma ampla maioria de profissionais contratados o que se torna um problema, pois esse vínculo precário impossibilita um comprometimento com o projeto pedagógico de ensino-aprendizagem." (PEREIRA, 2002).

A implantação de políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas à educação de nível técnico, constitui um desafio para o Estado e para a sociedade no enfrentamento, da multiplicidade de fatores que interferem nos resultados, de forma positiva e negativa. A evasão escolar é um desses fatores que possibilita, de forma negativa, os resultados almejados. Portanto, é de fundamental importância apreendê-los e analisá-los para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a educação profissional.

3.5 A ETSAL e o curso técnico de enfermagem

A história da ETSAL remonta ao dia 15 de abril de 1952, quando o Governo de Alagoas, a Cruz Vermelha, o Hospital Agro Indústria do Açúcar, a Santa Casa de Misericórdia, a Faculdade de Medicina de Alagoas, a Liga Alagoana contra a Tuberculose e a Sociedade de Assistência aos Lázaros criaram a então Escola de Auxiliar de Enfermagem de Alagoas.

O início das atividades da instituição se deu com o curso de Auxiliar em Enfermagem, em 1953. O estado chegou a contar com mais duas estruturas de formação de nível médio para o setor saúde: a Escola de Auxiliar de Enfermagem e o Centro Formador de Recursos

Humanos para Saúde Doutor Waldir Arcoverde, criado em 1993, em atenção às demandas de formação — ambos ligados ao Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos de Alagoas.

Em junho de 2004, as três unidades foram fundidas, dando lugar à ETSAL, cuja denominação homenageou a médica e primeira diretora da instituição, a Professora Valéria Hora. A união dessas estruturas significou uma mudança física e administrativa, bem como definiu um novo cenário para o processo de formação técnica em saúde para Alagoas. Tornou-se, assim, peça fundamental no Estado no que se refere ao atendimento das novas exigências e necessidades do SUS ao permitir e ampliar o acesso à formação, à capacitação e ao desenvolvimento de habilidades e competências dos profissionais que atuam no sistema de saúde.

Vinculada à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal) e pautada em um modelo de gestão participativa, a ETSAL reafirma-se, desde então, como uma unidade de educação profissional que abrange os níveis fundamental e médio.

Assim, criada dentro da concepção do Projeto Larga Escala, a ETSAL acredita que o aluno aprende pela construção progressiva da própria prática profissional, a partir de sucessivas aproximações entre ensino e serviço. Apresenta um modelo de gestão da educação em saúde ao estado de Alagoas voltado para a formação de profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS, e com possibilidade de oferta de cursos para a comunidade, segundo os princípios, as diretrizes e as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua missão não é apenas formar profissionais com qualidade técnica, mas inspirar, em todo o processo de aprendizagem, valores que resultem em profissionais comprometidos com o SUS e seus usuários, com capacidade de trabalhar em equipe e compreender o processo de trabalho para além do fazer específico, buscando formar profissionais pelo e para o trabalho.

A qualificação do processo formativo, por meio de cursos adequados às necessidades do setor, a inovação da formação técnica, o desenvolvimento de práticas pedagógicas que problematizem o processo de trabalho em saúde, a disseminação da cultura inter profissional e o fortalecimento da vivência no SUS, estimulando a prática do trabalho em equipe, são algumas proposições da escola, que se afirma como principal interlocutora entre ensino e serviço em saúde do estado.

Assim como as demais ETSUS, quase totalidade de seus projetos conta com o financiamento do Ministério da Saúde, atualmente por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) e de pactuações de recursos da educação profissional através de portarias ministeriais direcionadas à Comissão de Integração Ensino-

Serviço (CIES). São 102 municípios alagoanos beneficiados por este modelo de gestão da educação, incluindo os cursos descentralizados. Dessa forma, os cursos são construídos sob as perspectivas da política Nacional e Estadual de Educação Permanente em Saúde, buscando transformar e qualificar as práticas de saúde por meio da formação e do desenvolvimento dos trabalhadores.

O processo de descentralização tem como público-alvo os trabalhadores de nível médio inseridos nos serviços de saúde e que buscam a formação específica para o exercício profissional. É resultado de uma pactuação com os gestores municipais, que disponibilizam a estrutura física para a realização das aulas teóricas e a alimentação de alunos, bem como a liberação dos trabalhadores. Assim, a viabilização dos cursos e o seu bom andamento estão fundamentalmente a expensas da valorização e compromisso político dos gestores no tocante à formação dos trabalhadores.

Alguns desafios são observados nessa trajetória, entre eles a liberação dos alunos pelos gestores, o campo restrito de estágio, face às especificidades de cada curso, o número reduzido de profissionais especialistas para atuarem como instrutores dentro da proposta pedagógica adotada pela escola e a desmotivação dos alunos quanto à ascensão profissional, uma vez que esta não é garantida pela formação.

O curso de complementação do técnico de enfermagem, oferecido a partir de 2010, é um desdobramento do Projeto de Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem (PROFAE) que formou pela ETSAL os auxiliares de enfermagem no Estado de Alagoas. Estes auxiliares necessitavam de uma complementação de horas trazidas pelo técnico de Enfermagem. Por esse motivo o termo Complementação do técnico em enfermagem constitui um desses desafios. Foi um curso ministrado de forma descentralizada, estendendo-se a todos os municípios de Alagoas, atingindo 83 turmas. Foi oferecido aos auxiliares de enfermagem já inseridos no serviço público de saúde do Estado que tinham o ensino médio concluído ou que estivessem concluindo o último ano nessa modalidade. Seu corpo técnico-pedagógico é constituído por um coordenador geral, uma equipe de coordenadores pedagógicos e regionais e instrutores locais, facilitadores e supervisores de estágios.

O curso foi financiado pelo Ministério da Saúde e destinado o recurso financeiro ao Estado de Alagoas para Educação Profissional, foi elaborado então um planejamento do curso e apresentado à Comissão de Integração Ensino Serviço - CIES/BIPARTITE, onde ficou pactuado e aprovado inicialmente a realização de 30 turmas, depois ampliada para 91 turma, atingindo 83 turmas, certificando cerca de 2.264 alunos.

As primeiras turmas foram denominadas turmas piloto, visto que serviram para a observação das dificuldades e entraves que poderiam ocorrer, visando solucioná-los e assim possibilitar a abertura das demais turmas. O curso abrangeu todos os municípios de Alagoas estruturados em pólos: municípios com maior número de alunos inscritos e que absorvem demanda de municípios circunvizinhos, estendendo-se também aos municípios menores denominados de satélites, com um número mínimo de alunos inscritos.

Para a execução descentralizada do curso, o projeto estabelecia parcerias com os gestores do SUS, nas esferas de governo, tinha como objetivo a garantia das condições necessárias à implementação das turmas nos municípios. Da mesma forma, articulava-se com os sistemas estaduais responsáveis pela regulação da educação, visando ao reconhecimento do espaço extramuros das escolas como meio passível de desenvolvimento de ações educativas.

Após essa pactuação, foi realizado um processo de credenciamento para seleção de pessoal para apoio administrativo, coordenação geral (profissionais de saúde) e técnico da área de saúde (preferencialmente enfermeiros), para desempenharem as funções de coordenador regional, pedagógico e de instrutores (concentração e prática). No primeiro momento, após a seleção dos instrutores, foi realizada uma capacitação na metodologia da problematização¹⁰ adotada pela ETSAL. A metodologia adotada estava em consonância com a organização curricular, definindo-se como um processo de profunda mudança no desenvolvimento pedagógico, pois para operacionalizar a ação educativa que integre o conhecimento ao mundo do trabalho, planejava uma série encadeada de atividades para o aluno que surgiam da própria vivência do trabalho em saúde, transformando as práticas desses profissionais e da própria organização do trabalho.

A avaliação implicou em um processo sistemático de acompanhamento do aluno na construção do conhecimento, presente em todos os estágios no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e não apenas aos seus resultados finais. A avaliação foi pensada como uma atividade permanente e indissociável da dinâmica de ensino-aprendizagem, o que permitiu o acompanhamento passo a passo do avanço dos alunos, detectando a tempo suas dificuldades, ajustando e reajustando o ensino e suas características aos diferentes contextos, corrigindo e reforçando o processo de ensino.

Os coordenadores regionais eram responsáveis pela supervisão dos coordenadores pedagógicos que acompanhavam a execução das turmas, no sentido de, avaliar e apoiar o

¹⁰A metodologia da problematização foi elaborada da concepção de Paulo Freire da "pedagogia da pergunta" (FREIRE; FAUNDEZ, 1985) estaria vinculada à ideia da problematização, referencial pedagógico que atravessou toda a história da formação dos trabalhadores técnicos em saúde. (RAMOS, 2010, p. 74).

desempenho dos instrutores locais, aplicando os mecanismos pertinentes para o aprimoramento e o desenvolvimento profissional. Como o curso era descentralizado, atingindo, como dito anteriormente, todo o Estado de Alagoas as supervisões dos coordenadores pedagógicos ocorriam mensalmente, onde os mesmos sistematizavam suas observações em relatórios apresentados para os coordenadores regionais.

A carga horária foi de 700 horas, sendo 500 horas de concentração (teoria) e 200 horas de dispersão (estágio), tinha como objetivo geral oferecer complementação do Curso de Técnico de Enfermagem para os egressos do Curso de Auxiliar de Enfermagem, inseridos no SUS e como objetivos específicos qualificar o profissional de Enfermagem, melhorando a assistência à saúde da população e contribuindo com o crescimento social e profissional dos trabalhadores da área de Saúde.

A execução da programação curricular se dava em torno do eixo temático definido por cinco áreas de Conhecimento (Área Introdutória nivelando os conhecimentos de enfermagem; Área I, compreendendo a pesquisa em saúde; Área II, entendendo a vigilância em saúde, Área III, entendendo a gestão nos serviços de saúde, Área IV, participando do processo de recuperação da saúde individual em situações de risco de morte) composta de múltiplas Unidades de Ensino, onde se alternam sistematicamente períodos de Concentração / teorias e Dispersão / Estágios.

No primeiro momento, os alunos foram reunidos em sala de aula para desenvolver as atividades planejadas, sob a orientação do instrutor. No segundo, cabe ao aluno aplicar na prática os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas em sala de aula, com o acompanhamento do instrutor. Todo o processo pedagógico, para o desenvolvimento da programação curricular, contou com a integração dinâmica entre o instrutor e o aluno.

Após o processo de formação complementar no período de 10 meses, o aluno estaria habilitado para exercer atividades de Técnico de Enfermagem em consonância com os dispositivos legais do exercício profissional.

Ao longo do Projeto estabeleceram-se algumas dificuldades que atrasaram o início do curso. O curso foi aprovado em 2008, mas efetivado em 2010 devido à entraves burocráticos como: a preparação e licitação de material didático, o processo de credenciamento configurando um recurso novo para a ETSAL.

Todas essas razões levaram certo atraso para o início do curso, o que ocasionou um déficit na hora aula, devido o tempo de aprovação e efetivação do projeto, levando a desistência de alguns instrutores já credenciados e que já estavam realizando suas atividades pedagógicas, ocasionando assim, em algumas turmas, um retardamento no término do curso.

A partir desse quadro foram criadas estratégias para a concretização do curso como: a contratação de novos instrutores, como abertura de novo credenciamento nos municípios em que não havia mais instrutores; acordos com outros instrutores para ministrar aulas em municípios próximos as suas turmas, solicitando da gestão do município, com dificuldades, auxílio para o transporte dos instrutores pedagógicos.

Outro contexto de transtorno ocorreu com a pactuação de gestores no desenvolvimento das turmas, em um primeiro momento houve a adesão ao curso com toda infra-estrutura possível para a realização das aulas, mas na medida em que as aulas iniciavam ocorriam as mudanças de espaço de aula constante, dificultando muitas vezes a permanência do aluno no curso, a mudança constante de gestor também influenciou no andamento das turmas ocasionando novas pactuações nem sempre favoráveis ao acontecimento do curso na cidade.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO

4.1 Abordagem qualitativa da pesquisa

Esse estudo tem como foco a evasão escolar no Curso de Complementação do Técnico de Enfermagem da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora de Alagoas – ETSAL, desenvolvido no período de 2010 a 2014 em turmas distribuídas nos municípios que compõem as 10 regiões de saúde no Estado de Alagoas.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, na medida em que se considera que a compreensão e análise das motivações que levam a evasão, só podem ser apreendidas de forma aprofundada partindo do ponto de vista dos alunos. A pesquisa qualitativa é, portanto, considerada, a mais apropriada para definir e responder as características sociais, econômicas e culturais juntamente com a compreensão da área de trabalho e aspirações profissionais por parte dos alunos evadidos, resultando assim no levantamento de análise e interpretação de dados do grupo em destaque, não excluindo a possibilidade de se coletar dados quantitativos que possibilitem a construção desses perfis. Mas trata-se de responder a seguinte questão: quem são esses alunos?

A pesquisa qualitativa não se apresenta como uma proposta rígida e estruturada, mas permite ao pesquisador usara criatividade no sentido de propor trabalhos que explorem novos enfoques, indo além da descrição pura e simples, pois possibilita a apreensão densa da multiplicidade de processos que explicam um determinado fenômeno social. Assim, a compreensão dos motivos que levaram os alunos a evadirem, considerando que o estudo trata de processos multidimensionais, implica na utilização dessa técnica permitindo descrever e decodificar um sistema complexo de significados, bem como a concretude das relações sociais que o informa. Segundo Gonçalves (2001, p. 67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Em concordância com Minayo (2014), isto significa que a pesquisa qualitativa permite trabalhar com o universo de significados, motivos, valores, atitudes referentes a grupos particulares propiciando a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

No tocante as informações, estas foram tratadas mediante a modalidade que Minayo (2014), denomina de análise de conteúdo, que está ligada a uma afirmação a respeito de

determinado assunto, baseando-se em encontrar núcleos de sentidos que irão integrar uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado. Este tipo de análise decorre de etapas como a escolha dos documentos, os objetos iniciais da pesquisa; a exploração do material que se dá através da operação classificatória e que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto e o tratamento e interpretação dos resultados obtidos. Neste sentido, a análise das informações realizada teve como intenção responder as questões do estudo e alcançar os objetivos propostos, com isso procurou-se ampliar a compreensão do contexto e dos processos envolvidos com o abandono da formação profissional estudada.

Os sujeitos da pesquisa são auxiliares de enfermagem, alunos que evadiram do curso de técnico de enfermagem, em algum momento sem retorno posterior. O roteiro de entrevistas foi elaborado considerando o perfil socioeconômico, estado civil, escolaridade, profissão, tempo de atuação na área da enfermagem, local de trabalho, carga horária semanal, vínculo empregatícios, condição de moradia, outras ocupações paralelas, filhos, idade dos filhos, número de pessoas no núcleo familiar, renda familiar, quem contribui com a composição da renda. Tratou ainda das trajetórias educacional e ocupacional anteriores; motivações para o ingresso na área da enfermagem e para a realização do curso de complementação; expectativas profissionais; razões para a evasão e possibilidades de retorno ao curso.

Para o tratamento dos dados coletados a análise de conteúdo também se manifesta pois permite-se tornar válidas inferências sobre dados de uma determinada realidade ou contexto, através de procedimentos especializados e científicos. Assim, para a análise dos resultados da pesquisa foi realizada leitura flutuante (pré-análise), que consiste em tomar contato acerca do material para conhecer e analisar seu conteúdo, tornando assim uma leitura mais precisa, e em seguida a exploração do material das entrevistas. Para não identificar diretamente os alunos, utilizei a sigla E de entrevistados que irá ser acompanhada pelo número do participante na entrevista. De acordo com Minayo,

As atuais tendências históricas do uso e do desenvolvimento de técnicas de Análise de Conteúdo conduzem a uma certeza. Todo o esforço teórico, seja baseado na lógica quantitativista ou qualitativista, visa ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica ante a comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou resultados de observação. (MINAYO, 2014 p. 308)

A análise de conteúdo proporciona um movimento, partindo de uma leitura das falas, depoimentos, documentos. Atinge um nível mais aprofundado indo além dos sentidos informados no material trabalhado, como variáveis psicossociais, contexto cultural, etc.

4.2 A entrevista como procedimento de coleta de dados

O procedimento metodológico escolhido para a aproximação aos sujeitos do estudo e obtenção dos dados foi a entrevista, precedida de um roteiro semi-estruturado que irá orientar o diálogo com o público alvo. Foi realizado um primeiro contato para a explicação da pesquisa e verificação de interesse e disponibilidade do aluno em participar do estudo. O trabalho empírico permitiu o contato direto e aprofundado com a realidade estudada visto que possibilitou o encontro entre pesquisador e pesquisado no campo, aspecto fundamental para a construção da confiança necessária à coleta de informações de caráter qualitativo.

Além das entrevistas e desde a definição das questões do estudo foi realizado o levantamento bibliográfico sobre o tema desse estudo com vistas não só ao aprofundamento teórico como também para coleta de informações secundárias em livros, artigos, dissertações, teses, associados ao objeto de estudo.

Como nos alerta Bourdieu (2003), a entrevista é uma espécie de intrusão arbitrária, sendo necessário cuidar da qualidade da relação que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado. Para tanto, deve-se considerar desde o modo de se chegar aos entrevistados, como também a escolha da metodologia de análise de suas narrativas e comportamentos como um todo. Durante esse processo deve-se cuidar para que o entrevistado compreenda o propósito da pesquisa, o que contribuirá para que ele se sinta confortável em compartilhar sua fala. Para que a entrevista obtenha êxito, cabe estar atento à formulação das perguntas de forma a evitar ambigüidades e induções de respostas. Bourdieu (1999) oferece um leque de possibilidades para o pesquisador interessado nas relações sociais, construir suas investigações no caminho de buscar conhecer onde se fala, quem é que fala e como se fala.

Como aponta o autor:

É efetivamente sob condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como ela é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode ser dito e o que não pode as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras. (BOURDIEU, 2003, p. 695)

4.3 Mapeando as regiões da pesquisa

O critério inicial para a escolha dos entrevistados foi o mapeamento da evasão dos alunos nas turmas do curso de complementação do técnico de enfermagem, realizado nos municípios das 10 regiões de saúde de Alagoas no período de 2010 a 2014, com o objetivo de identificar aquelas onde houve maior percentual de alunos evadidos. Foi elaborada uma tabela que continha as 10 regiões de saúde do Estado de Alagoas e seus respectivos municípios, discriminando o total de matriculados por sexo, e o total de evadidos também por sexo para estabelecer o percentual de evasão em cada região.

Quadro 1 – Resumo - Relação das Turmas distribuídas nas 10 Regiões de Saúde (RS) do Estado de Alagoas

Região de saúde	Total matriculados	Homens	Mulheres	Total Evadidos	Homens	Mulheres
1ª Região	353	41	312	36	03	33
2ª Região	122	11	111	06	04	02
3ª Região	162	24	138	17	03	14
4ª Região	264	60	204	15	07	08
5ª Região	178	23	155	10	04	06
6ª Região	135	35	100	16	05	11
7ª Região	417	44	373	24	03	21
8ª Região	137	14	123	15	02	13
9ª Região	282	24	258	24	01	23
10ª Região	214	33	181	11	03	08
Total	2.264	309	1.955	174	35	139

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com base nesse mapeamento foram desenhados os perfis socioeconômicos dos alunos das turmas onde a evasão foi mais significativa visando estabelecer uma comparação com o perfil dos alunos evadidos. Feito o levantamento nas turmas, foram definidos os alunos que poderiam ser entrevistados. Para que todo esse levantamento fosse possível, foi solicitado a ETSAL, através de ofício, autorização para a consulta ao seu sistema de informação - SIGET, que armazena alguns dados pessoais dos alunos matriculados como: nome, sexo, data de nascimento, município onde foi desenvolvido o curso, endereço e telefone. Foram consideradas também, as listas de frequência, das turmas, para identificar o número de alunos evadidos.

A pesquisa em questão foi submetida, apreciada e consentida pela Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Foram respeitados os princípios éticos, conforme na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde para as

pesquisas que envolvem seres humanos, garantindo confiabilidade, privacidade e anonimato e sigilo de identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A partir desse processo foi realizado um primeiro contato para a verificação de interesse e disponibilidade do aluno em participar do estudo. As entrevistas foram realizadas entre fevereiro a março de 2016, na 10ª região de saúde do estado de Alagoas, que compreende as cidades de Coruripe, Piaçabuçu, Igreja Nova e Penedo. Foram previstas 16 entrevistas. Nesse momento apresentaram-se as informações sobre a pesquisa (objetivos, riscos, benefícios, e procedimentos aos quais serão submetidos), dando-lhes ciência. Confirmada a disponibilidade em participar voluntariamente da pesquisa, uma cópia do termo de consentimento livre e esclarecido foi entregue para leitura visando o esclarecimento de eventuais dúvidas e assinatura, formalizando assim a participação na pesquisa.

4.4 Dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa e complementação do trabalho de campo

As cidades onde esses trabalhadores residem localizam-se a cerca de 300 a 400 quilômetros da cidade de Maceió, onde reside a pesquisadora, dificultando o deslocamento para a realização das entrevistas. Essas viagens foram possibilitadas mediante auxílio da ETSAL, aproveitando-se as viagens de supervisão já agendadas e dispensadas aos cursos descentralizados realizados nas cidades próximas daquelas onde seriam realizadas as entrevistas. Ainda assim algumas dificuldades de acesso aos trabalhadores selecionados foram enfrentadas, o que implicou na redução do quantitativo de entrevistados e na inclusão da capital do Estado no estudo.

Sendo assim, foi possível realizar apenas 06 das 16 entrevistas inicialmente previstas devido a alguns fatores: 01 pessoa falecida; 08 alunos, mesmo contando com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, não foram identificados na cidade, supondo-se que possam ter migrado para outra região e 01 aluno havia se mudado para São Paulo. Registra-se também certa dificuldade nos contatos telefônicos, pois os números identificados não completavam a chamada e mesmo tendo tido acesso aos cadastros de matrícula dos alunos, não constava o endereço, apenas a cidade de residência. A agenda com dia e hora previamente acordada não foi integralmente cumprida, por alguns dos alunos que não compareceram e não retornaram ao contato telefônico. Além disso, a distância e a não compatibilidade de horários, com os entrevistados, limitaram as entrevistas a apenas uma por dia.

Ao menos parte dessas dificuldades foi contornada com o auxílio de Agentes Comunitários de Saúde que conheciam toda a região, o que possibilitou a localização de alguns entrevistados mesmo em povoados distantes da cidade.

Em função dessas dificuldades e contratemplos no que se refere às turmas da 10ª região de saúde, optou-se por complementar o trabalho de campo em Maceió, (1ª região de saúde), por ser mais acessível, em termos de locomoção, para o pesquisador, e também por ter um quadro de evasão de alunos nas turmas. Não houve dificuldades no contato desses alunos, mas apenas 05 alunos aceitaram participar da pesquisa sendo realizado então, 05 entrevistas na capital e ao todo realizadas 11 entrevistas, fechando assim o trabalho de campo.

As entrevistas foram em sua grande maioria realizadas no local de trabalho dos alunos. Como havia o processo de recadastramento dos servidores na secretaria municipal de saúde, as 05 entrevistas na capital Maceió, foram realizadas na ETSAL, que fica próxima ao prédio da SMS, com dias e horas acordados pelos alunos.

4.5 Síntese e caracterização dos entrevistados

Este item apresenta a síntese das entrevistas com os alunos evadidos, construída a partir da aplicação do roteiro de entrevista.

Entrevistado 1- Tem 53 anos, servidora pública, casada, mora com seu marido e três filhos além de seus pais. O marido também exerce a atividade na área de saúde como maqueiro. Possui uma renda familiar de três salários mínimos. Completou o ensino médio, sem reprovação ou interrupção. Realizou o curso de atendente em enfermagem e depois realizou o curso de auxiliar de enfermagem pela necessidade de seu setor. No momento está aposentada. Informa que o motivo que a levou para a área de saúde foi a influência de seu padrinho que era enfermeiro, achava bonito e começou a interessar-se pela enfermagem. Possui 28 anos de experiência nessa área como auxiliar de enfermagem, passando por diversos setores e funções, desde atendente no centro cirúrgico a auxiliar de enfermagem na Unidade de Cuidados Intermediários, no berçário, ficando nesse setor até a sua aposentadoria. Quando trabalhava, tinha uma carga horária de 12 horas, realizando, por mês, 06 plantões no período noturno. Enfrentava também dificuldades em seu setor, falou sobre esse assunto com certo receio e dúvida, perguntando se a pesquisa iria identificá-la, então falou: *"[...] o problema no meu setor são os médicos, porque nunca dão valor o que agente faz, por mais que você faça, qualquer falhasinha cai em cima de você"*. Ingressou no curso técnico de enfermagem para ter mais experiência, *"[...] é muito importante hoje em dia ter uma formação. Mas*

sabia que fazendo o curso não iria aumentar o meu salário! Fiz porque foi de mim mesma, para ter mais uma experiência". Relata que abandonou o curso por problemas pessoais, devido a um acidente de trânsito do seu filho, afastando-a por cinco meses do curso, no último seminário. Desabafa que poderia ter concluído o técnico, mas o curso teve várias interrupções como a gravidez da instrutora, levando um tempo para a substituição e depois ocorreu o acidente com o filho. Quando perguntado de suas expectativas profissional ou educacional informa que quer apenas cuidar dos pais que são idosos.

Entrevistado 2 - 40 anos, casada, tem um casal de filhos. A menina tem 17 anos e o menino 20 anos. Tem uma renda familiar de três salários mínimos, mora com os filhos, o pai (aposentado) e o marido que no momento está desempregado. Tem o ensino médio completo, mas informa que ao longo de seus estudos desistiu no 3º ano (ensino médio), porque *engravidou*, mas retornou e concluiu. No momento, está cursando o 4º período, à distância, de pedagogia, junto com seus filhos que fazem a faculdade de Educação Física, também à distância. Possui o curso de Agente Comunitário de Saúde - ACS(1º módulo) e o curso de auxiliar de enfermagem. Trabalhou por 10 anos como ACS no Programa de Saúde da Família (PSF), ingressou aos 18 anos de idade através de uma oportunidade de seleção, para ACS em sua cidade. Atualmente é servidora pública, exercendo 40 horas na atividade de serviço geral pela educação. Não tem dificuldades nas atividades que realiza, mas informa que não estar totalmente satisfeita: "*[...] não quero terminar meus dias como serviçal*". Exerce uma atividade paralela, para completar a renda familiar, vendendo jogos pela internet. Informa que gosta muito de internet e viu a possibilidade de obter um lucro com a venda de jogos americanos. Verificou que na sua cidade as pessoas gostam muito desses jogos, mas não possuem cartão de crédito com bandeira internacional, viu a oportunidade e investiu: "*[...] hoje mesmo tava falando pro meu filho que este mês o dinheiro da faculdade de nós três, eu consegui com o meu lucro!*". Em relação ao ingresso no curso técnico de enfermagem, diz que como exercia a função de ACS e tinha o auxiliar de enfermagem, teve vontade de continuar na área, além de auxiliar a mãe, já falecida, com os seus problemas renais e de diabetes. Ainda assim ficou com muita dúvida em ingressar no técnico, pois já tinha passado no concurso da educação, "*[...] não queria mais ser da saúde porque é muita responsabilidade e não exercia mais atividades nessa área, então fiz a matrícula assisti algumas aulas e desisti*". Quando perguntado sobre o que seria necessário para evitar a evasão, informa que é preciso ter força de vontade e abraçar as oportunidades. Tem

expectativas de terminar a faculdade de pedagogia e dar aulas, "*[...] almejo subir ainda mais*".

Entrevistado 3 - 46 anos, casado, um casal de filhos, mora com a esposa e os filhos. Fala que ajuda muito a esposa nos afazeres domésticos. "*Lá em casa sou esposo, sou companheiro, sou irmão, sou ajudante de minha esposa*". Possui o ensino médio completo realizado pela Educação de Jovens e Adultos - EJA. Informa que nunca abandonou nenhum curso. Possui uma renda de 1 salário mínimo mais uma gratificação de R\$: 200,00 reais. Atualmente trabalha no Conselho Tutelar da sua cidade como serviços gerais, possui 40 horas não havendo dificuldades no que faz, sentindo-se satisfeito: "*[...] hoje o mais importante, que eu acho de tudo, é o atendimento ao público, as pessoas, porque todo o público deseja ser bem atendido, ser bem esclarecido ...*". Confirma que enfrenta problemas no trabalho, pois diz que se dedica muito ao que faz, mas não há reconhecimento, não se sente bem remunerado. Realizou concurso público na área da saúde, passou e atuou por 13 anos como auxiliar de enfermagem no PSF, por motivos políticos (não apoiou a gestão municipal de sua cidade) foi remanejado para o Conselho Tutelar e de certa forma aprovou pois necessitava em realizar 2 cirurgias, na saúde como o trabalho era muito dinâmico não conseguia afastar-se para realizar o tratamento de sua saúde. Sonhava em exercer a atividade de técnico de enfermagem no hospital público porque percebia que tinha um "*dom*". Tem formação religiosa e se orgulha quando fala, pois diz que gosta de ajudar o próximo. Também relata que antes de ir para a saúde, teve experiências em diversas atividades, como seu pai era agricultor começou a trabalhar no corte da cana, na agricultura de arroz; trabalhou também como ambulante, no mercado varejista; vendeu almofadas e travesseiros; foi pescador: "*[...] não perdia a oportunidade de emprego que aparecia, precisava ajudar meus pais*". Informa, com certo pesar, sua desistência no curso de técnico de enfermagem, pois relata que o curso estava indo bem, mas precisava terminar o 2º grau e isso se tornou um empecilho, mesmo solicitando a sua instrutora para conversar com a coordenação geral ou coordenador pedagógico de sua turma, não teve oportunidade. Argumentou junto com sua instrutora a possibilidade de terminar o curso e só colar grau quando concluísse o 2º grau. Mas menciona que não teve acordo, segundo a instrutora precisava ter o 2º grau para concluir o curso. Tentou conciliar o 2º grau com o curso, mas não conseguia, pois ficava muito cansado com a sua rotina de trabalho. Declara que para evitar a evasão é necessário ouvir também o aluno, suas dificuldades: "*[...] se eu tivesse a oportunidade de ter conversado com as pessoas, os superiores [...] Eu deixei a instrutora fazer a fala [...]*". Pretende ingressar na faculdade de

psicologia e atuar na área de saúde, está tentando economizar para prestar o vestibular e financiar sua faculdade. Pensa em ter um escritório na sua residência para atuar junto com sua esposa, que já trabalha na reabilitação das pessoas, realizar um trabalho comunitário. *"[...] penso terminar meus dias atendendo a população, realizar um curso de teologia e sonho também em ingressar novamente no curso técnico e concluir" [...].*

Entrevistado 4 - 41 anos, casada, possui dois filhos, uma menina com 17 anos e um menino com 20 anos. Mora com os filhos e o esposo. O esposo realiza "bicos", no momento está desempregado. A renda da família é de dois salários mínimos. Possui o ensino médio completo, terminando com muita dificuldade, pois informa que abandonou por um período induzida pelo seu esposo. Morava em outro estado, conheceu seu namorado (esposo) deixou seus estudos para concluir em Alagoas, casou e seu esposo não deixou que retornasse para concluir o 2º grau. Só conseguiu terminar porque seu esposo precisava também do 2º grau e o acompanhava para a escola. No momento está cursando a faculdade de administração à distância em sua cidade. Diz que a faculdade que cursa não é a que sonha, faz pela oportunidade que chegou, mas seu sonho é ser uma profissional graduada em psicologia ou serviço social atuando na saúde. Ingressou na área da saúde devido a oportunidade que surgiu em sua cidade, realizou o curso de auxiliar de enfermagem e conseguiu passar em um concurso para ACS. Possui outras formações na área de saúde como o curso de Caminhos do Cuidado que se identificou muito, sendo destaque para ser multiplicadora. Tem 17 anos com ACS, trabalhando no PSF. Trabalha no posto de saúde com 40 horas semanais, acha muito importante as atividades que desempenha, principalmente as de orientações no que diz respeito a prevenção para a comunidade. Esclarece que existem dificuldades em seu trabalho, nas cobranças feitas pela comunidade, pois o povoado em que reside ficou 7 meses sem médico e quando enfim chegou (médica cubana) o atendimento é muito lento devido a dificuldade da médica em compreender o português e da população em entender a médica. Essa situação leva a população a ficar muito angustiada. Fala que ingressou no curso de técnico de enfermagem porque tem a vontade de crescer, de estar próxima as pessoas que necessitam, mas lamenta que desistiu por motivos pessoais e familiares, o que ocasionou uma depressão, desistiu no último seminário e mesmo com o apoio de sua instrutora e de sua turma não tinha forças físicas e mentais para concluir. Adverte que para evitar a evasão em qualquer curso é necessário que o aluno nunca desista de seus sonhos.

Entrevistado 5 - 46 anos, tem uma relação estável possui quatro filhos, três biológicos e um adotivo. Tem uma renda familiar de três salários mínimos. Possui o 2º grau completo. Afirma que ingressou na saúde porque nasceu para isso. Informa que passou muita necessidade com o abandono do pai, aos seis anos de idade. Para ajudar a mãe, com 19 aos, teve a oportunidade de trabalhar no hospital de sua cidade, como atendente. Realizou o curso de auxiliar de enfermagem pelo PROFAE. Exerce a função de auxiliar de enfermagem há 28 anos nos hospital de sua cidade, com uma carga horária, no início, com 12 horas e atualmente com 30 horas, no setor da clínica médica e cirúrgica. Mas já passou por diversos setores: maternidade, berçário e pediatria. Nas atividades que desempenha sente muita satisfação em poder ajudar e trazer conforto para os pacientes, mas ao mesmo tempo insatisfação, pois fala da falta de reconhecimento da direção do hospital. Mesmo sendo uma profissional comprometida diz que não há elogios, mas cobranças e críticas. Desistiu do curso técnico de enfermagem no último seminário por motivos familiares, seu filho envolveu-se em uma briga e houve perseguição para matá-lo. Com esse acontecimento não teve condições psicológicas para continuar no curso e de trabalhar solicitando seu afastamento tanto do trabalho como o curso. No momento seu filho reside em outra cidade. Refere que antes do acontecimento com seu filho, houve uma parada do curso, pois a instrutora ausentou-se para ganhar bebê, e nesse momento surgiu o problema com seu filho. Exerce atividades paralelas ao seu trabalho, cuidando de idosos, diz que sempre é indicada para cuidar de pessoas em domicílio. Informa que não tem pretensão profissional nem educacional, no momento só se preocupa com o bem estar do filho.

Entrevista 6 - 45 anos, relação estável, possui dois filhos (13 e 16 anos). Renda familiar de 3 salários mínimos. Concluiu o ensino médio, realizou o curso de auxiliar de enfermagem, o de ACS (1º módulo) e o de Caminhos do Cuidado. Ingressou na área de saúde por concurso público municipal, tem carga horária de 40 horas atuando como ACS no PSF da sua cidade. Sente-se satisfeito quando consegue desenvolver bem suas atividades e acha importante a atividade que realiza por poder contribuir para o bem estar das pessoas. Coloca como dificuldade em seu trabalho a falta de comprometimento dos gestores na área da saúde. Informa que quando o curso técnico de enfermagem chegou a sua cidade ficou motivado em participar para ter mais experiência, ter um curso a mais no currículo. Desistiu por ainda não ter terminado o 2º grau e as cobranças a cerca do histórico escolar. Saiu na 1ª área para fazer de novo o ensino médio na EJA, ao mesmo tempo em que a formação, mas não conseguia conciliar os dois. Enfatiza que para evitar a evasão seria necessário menos burocracia, mais comunicação de todos os processos, esclarecimentos dos critérios para ingressar na formação.

Realiza atividades paralelas ao seu trabalho como promotor de eventos, trabalhando com bandas na instalação dos equipamentos e instrumentos musicais. Pretende realizar o curso de vigilância sanitária em saúde, que já está inscrito, e cursar pedagogia, pois acredita ser um curso mais barato para financiar além da educação ser uma área com mais possibilidade de trabalho.

Entrevistado 7 -56 anos, relação estável. Possui uma filha com 37 anos e um filho com 38 anos. Assume os dois filhos apesar dos filhos morarem em suas próprias casas. A filha é separada, tem dois filhos e seu ex-companheiro trabalhava como pedreiro, mas por problemas de saúde não trabalha mais, não possui nenhum benefício, começou a pagar a previdência, mas parou por não ter como pagar. Possui o ensino médio completo. Como sua mãe era da saúde e trabalhava na limpeza quando assumiu um cargo de chefia possibilitou seu primeiro emprego aos 20 anos, também na limpeza da Secretaria Municipal de Saúde. Fala que sempre foi interessada e observava, em suas folgas, os auxiliares de dentistas realizando as atividades, quando faltava o auxiliar de dentista ela substituía. Então foi encaminhada para ser auxiliar de dentista. Trabalha há 33 anos como auxiliar de cirurgião dentista, diz que gosta muita dessa atividade, sentindo-se satisfeita em atender bem a clientela. "*[...] sigo o exemplo de meu pai que dizia que é preciso se colocar no lugar do próximo*". Quando perguntada se exerce atividade paralela ao seu trabalho informa que por muitos anos exerceu a atividade de cabeleireira em sua residência informando que havia muita clientela, mas precisou mudar de bairro o que reduziu muito sua clientela até não mais realizar essa atividade. Possui muitas expectativas quando se aposentar: "*penso em voltar a fazer o técnico de enfermagem, fazer computação, trabalhar por conta própria e voltar a ser cabeleireira, mas agora em domicílio*". Sobre o ingresso no curso de técnico, conta que pensou de início na aposentadoria, no sentido de que quando se aposentasse teria mais uma profissão. Porque estava ciente que o curso não aumentaria seu salário, também porque gostava de ajudar as pessoas. Abandonou, porque o curso acontecia sexta e sábado o dia inteiro, tinha dificuldade na liberação do trabalho na sexta, mesmo sendo indicada pela SMS. E o sábado era o único dia para organizar as tarefas domésticas. Assistiu algumas aulas,mas então desistiu. Acha que para evitar a evasão dessas formações em saúde é preciso a compreensão por parte da chefia e o entendimento da importância do curso para todos.

Entrevistado 8 -39 anos, casada com dois filhos, um menino com 13 anos e uma menina com oito anos. Mora com o esposo e os filhos. Está cursando o 9º período de enfermagem à noite.

Tem renda familiar de quatro salários mínimos. Relata que sempre gostou de ajudar as pessoas, pois frequentava um grupo religioso, por esse motivo começou a se identificar com a área de saúde. Prestou vestibular para enfermagem, não passou então decidiu fazer o curso de auxiliar de enfermagem. Realizou concurso estadual como auxiliar de enfermagem, passou e atua há 12 anos em um posto de saúde. Informa que apesar da falta de estrutura física e material de seu trabalho, gosta da atividade que desenvolve, sente-se satisfeita, principalmente pelo reconhecimento dos usuários. Enfrenta algumas dificuldades no relacionamento com seus colegas de trabalho, pois não cumprem horários, não respeitam a hierarquia e isso de forma indireta atrapalha sua prática: *"[...] sou comprometida e responsável no que faço e sou taxada de certinha e perfeccionista"*. Antes de ingressar na área de saúde era comerciária. Nunca abandonou nenhum curso que realizou. Sempre quis realizar o curso de técnico de enfermagem, foi indicada pela SMS para fazer o curso e já estava no 4º período da graduação em enfermagem quando começou a frequentar o técnico. Acabou abandonando porque ficava muito cansada com a jornada de trabalho, os afazeres domésticos e a atenção aos filhos e marido. Fala que para evitar a evasão ou abandono de qualquer curso é necessário que as pessoas precisem ter o perfil e não visar o lucro que a formação poderá dar: *"Acho que no início do curso seria necessário que o curso revelasse o que realmente é a prática. Era preciso um choque de realidade. Vejo isso na graduação, muita gente evadiu. De 40 pessoas só restou 17 na minha sala"*. Pretende concluir a faculdade de enfermagem, realizar uma especialização, prestar concurso público ensinando na área de enfermagem. Acha que ensinando terá mais tempo para a família.

Entrevistado 9 - 49 anos, divorciada, tem filhos, um com 24 anos e uma com 27 anos. Mora apenas com um filho. Coursou a graduação de artes plásticas, mas não concluiu, abandonou no 8º período devido o processo de separação com o marido. Atualmente realiza o curso de cuidador de idosos. Tem renda familiar de dois salários mínimos, devido à ajuda do filho (policia). Ingressou na saúde porque revela que "ama" ajudar as pessoas, chegou ainda ensinar artes, mas não se identificou. Sofreu um acidente que queimou bastante o rosto, então pensou em ser médica, não informa a idade que sofreu o acidente, fica um pouco desconfortável quando fala do assunto. Realizou o curso de auxiliar de enfermagem, atuou 12 anos como ACS no estado e depois ficou no município, tinha uma carga horária de 40 horas no PSF. Gostava muito do que fazia, sentia-se satisfeita quando podia ajudar as pessoas, mas frustrada quando não conseguia marcar os exames para a população, devido a burocracia do sistema de marcação que demorava meses na marcação de exames. Foi indicada pelo posto de

saúde que trabalhava para realizar o curso técnico e abandonou porque faltava muito, devido à problemas familiares, também achava que a sua professora não gostava dela por causa da queimadura em seu rosto. Em relação à evasão diz que para evitar é preciso que a coordenação de qualquer curso verifique mais de perto esse processo de desistência, saiba o que realmente acontece para que o aluno desista do curso. Foi demitida do município, serviços prestados, e aguarda uma ação de processo contra a prefeitura para a sua efetivação. Informa que alguns colegas já conseguiram. Enquanto espera o julgamento da ação, vende produtos da natureza e do boticário. Tem perspectivas de voltar a cursar o técnico de enfermagem, terminar o curso que realiza de cuidador de idoso e voltar a trabalhar no município.

Entrevistado 10 -45 anos, viúva, 4 filhas (18, 20, 23 e 24 anos). Mora com as filhas. Tem renda familiar de oito salários mínimos. Atualmente está cursando psicologia. Fala que sempre abandonava os cursos que fazia. Começou a faculdade de psicologia quando ficou grávida, mas parou. Ingressou em fisioterapia e desistiu. Diz que o único curso que conseguiu terminar foi o de auxiliar de enfermagem. Ingressou na área de saúde, para sair de casa, achava que tinha um campo maior para trabalho, mas não gostava de ver sangue. Resolveu fazer o curso de auxiliar de enfermagem, passou em concurso do estado e do município como auxiliar de enfermagem na UTI neonatal de uma maternidade, referência na cidade que reside, possuindo várias formações na área que desenvolve suas atividades. Já está há 12 anos nessa área com carga horária de 60 horas como plantonista e diarista. Gosta do que faz, principalmente quando consegue ressuscitar uma criança, quando as mães voltam e agradecem. Mas conta que o seu local de trabalho é muito estressante, pois faltam materiais para realizar os procedimentos de maneira segura e adequada. Não ter as condições de exercer suas funções lhe deixa muito insatisfeita. "*[...] sou muito perfeccionista e responsável, me coloco sempre no lugar do outro [...]*". Entrou no curso de técnico de enfermagem por que informaram que se não tivesse o técnico sairia da assistência. Foi indicada pelo seu setor. Abandonou na 1ª área. Relata que não conseguiu se adaptar, sentiu que o curso não tinha organização devido as substituições constantes dos professores além da questão pedagógica que achou muito fraca. Não sentia interesse em continuar, achava a clientela "*[...] sem nível nenhum*". Já havia também começado a faculdade de psicologia então desistiu. Informa que para evitar a evasão é preciso mais organização e planejamento que isso não depende só da coordenação, mas da escola toda. Acha que é necessário o incentivo e motivação tanto para os alunos como para os professores, pois observou que os professores eram recém-formados sem

experiência na área. Pretende terminar o curso de psicologia e investir na área de saúde, mas precisamente na UTI neonatal.

Entrevistado 11 -49 anos, separada, dois filhos, um rapaz com 27 anos e uma moça com 25 anos. Mora com a filha e o pai idoso com alzheimer há 10 anos. Possui o ensino médio completo. Tem renda familiar de seis salários mínimos juntando com a aposentadoria e pensão do pai. Conta que ingressou na saúde porque queria usar branco, mas a própria família tinha preconceito dizendo que branco não combina com negro. Decidiu então ser da marinha, foi procurar saber como poderia ingressar e foi informada que por ser mulher, seria mais indicado realizar um curso na área da saúde para não ir para auto mar. Então, optou por fazer o curso de auxiliar de enfermagem. Também quis entrar para saúde por causa da saúde de sua mãe, que tinha artrite reumatóide severa. Morava no interior próximo de Maceió e com 18 anos fez o curso de auxiliar de enfermagem na ETSAL, que na época era regime de internato, só indo para a casa nos finais de semana. Parou 1 ano o ensino médio, para realizar o auxiliar de enfermagem, como era regime de internato não conseguia conciliar as duas coisas. Quando terminou o curso de auxiliar, voltou para a sua cidade e terminou o 2º grau. Desistiu de ir para a marinha e conseguiu emprego na saúde (1987) quando se casou. Trabalhava em um mercadinho e como marisqueira para ajudar sua família. Passou em um concurso da Braskem, ficando por 16 anos com dedicação exclusiva, passou também no concurso do HU e do município desistindo do emprego da Braskem. Foi cedida pela prefeitura para o HU exercendo uma carga horária de 60 horas. Seu tempo de trabalho é de 29 anos na área de auxiliar de enfermagem. Sente muita satisfação em seu trabalho porque gosta de atender bem aos pacientes. Como trabalha no setor cardíaco, diz que a maioria das pessoas não estão doentes do coração mas: "*[...] sofrem da cabeça, têm problemas de ansiedade e na vida, por isso procuro atender bem para que o paciente saia satisfeito*". Passou por diversos setores: clínica médica, central de material esterilizado. Desenvolvendo uma série de doenças ortomuscular nas mãos (tendões rompidos) realizando cirurgia. Atualmente não trabalha diretamente com os pacientes, desenvolve suas atividades auxiliando os médicos no ambulatório cardíaco, organizando os prontuários por prioridades dos pacientes para cada médico. Não teve escolha para realizar o curso técnico de enfermagem, pois informaram que era exigência do trabalho, então começou a fazer. Abandonou no início dos estágios, devido a doença de seu pai (alzheimer), não tinha condições psicológicas para continuar, pois ainda residia no interior, voltava do trabalho sem forças para estudar e retornar para casa para cuidar do pai. Relata que passa noites sem dormir observando o pai que já não anda e se alimenta por

sonda. Dá sugestões quanto à evasão, como a possibilidade dos cursos serem na própria instituição do servidor, o que facilitaria a vida dos alunos. Quando perguntado se realiza outra atividade paralela ao seu trabalho, informa que não tem tempo, trabalha o dia inteiro volta para a casa para render a cuidadora do pai. Pretende concluir o curso de técnico de enfermagem, ter um tempo só para si, pois aguarda ansiosa sua aposentadoria. Quer entrar em uma faculdade de serviço social antes de se aposentar e abraçar todas as oportunidades que aparecer.

5 A RELAÇÃO TRABALHO-ESCOLA E OS MOTIVOS DA EVASÃO PARA OS ENTREVISTADOS

Esta seção apresenta a análise dos dados coletados na pesquisa de campo sobre os percursos ocupacionais e a evasão do curso de complementação do técnico de enfermagem da ETSAL. Inicia-se com a caracterização dos alunos pesquisados e em seguida discute-se a questão da evasão escolar, entendida como uma dimensão do que acontece ao longo da trajetória de vida desse conjunto de trabalhadores da saúde a partir da fala dos entrevistados. Assim, este capítulo se ocupará das seguintes categorias extraídas das entrevistas, com base na leitura flutuante e de uma primeira análise das mesmas: trajetórias escolares e ocupacionais; motivações para o ingresso na saúde; motivações para o ingresso no curso de complementação do técnico de enfermagem e justificativas para a evasão do curso.

5.1 Caracterizando os sujeitos da pesquisa

Os trabalhadores entrevistados situam-se na faixa etária entre 40 a 56 anos, em sua maioria são mulheres e todos possuem formação em auxiliar de enfermagem. No que se refere à situação profissional atual foi possível observar distinções entre os depoimentos, já que apenas uma parte, composta por quatro entrevistados, ainda exerce a função de auxiliar de enfermagem em hospitais e postos de saúde, além de um já aposentado como auxiliar de enfermagem. Os demais referem atuar em outras áreas, tanto na saúde como fora dela. Assim, fora da enfermagem, mas ainda na área da saúde encontram-se dois agentes comunitários de saúde que atuam na Estratégia Saúde da Família de sua cidade e um auxiliar de cirurgião dentista. Dois dos demais entrevistados ocupam cargo de serviços gerais, sendo que um na área da educação e o outro no Conselho Tutelar do município, além de um autônomo que atua como representante de marcas de beleza e cosméticos, na venda desses produtos.

Todos os entrevistados são servidores públicos, a maior parte do nível municipal (7), mas também foram encontrados dois servidores estaduais e um federal. A maioria é casada, outros vivem conjugalmente em relações estáveis, poucos são separados e um é viúvo. Quanto à composição familiar, moram com os filhos, companheiros e alguns cuidam dos pais, já idosos. Possuem, em média, renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos. Quatro dos entrevistados estão cursando faculdade, sendo dois na área da saúde (1) em psicologia, (1) em enfermagem e outros dois na área de humanas, (1) em administração e (1) em pedagogia. Alguns trabalhadores estão ou já estiveram engajados em atividades paralelas informais à função que exercem para complementar a renda familiar.

5.2 As trajetórias educacionais e ocupacionais

Analisar as trajetórias educacionais e ocupacionais dos sujeitos dessa pesquisa significa compreender seus percursos escolares e profissionais. Para tanto, o roteiro foi elaborado de modo a permitir observar os períodos de permanência no contexto escolar e as possíveis interrupções, em que momento ocorreram, quais os motivos, e se, de fato, houve uma retomada da vida escolar. Quanto ao contexto profissional foi possível reconstruir os percursos ocupacionais com os entrevistados, resgatar experiências profissionais e dificuldades encontradas em sua prática, os períodos de retirada voluntária ou não do mercado de trabalho e o que isso significou em suas vidas.

Nesse sentido pode-se relatar parte de um depoimento que caracteriza o padrão de trajetória desses entrevistados, a exemplo de E7, 56 anos, servidora municipal, auxiliar de enfermagem que atua há 33 anos como auxiliar de cirurgião dentista e teve inúmeras experiências de trabalho antes de atuar na saúde:

Trabalhava em casa vendendo doces e como empregada doméstica para poder ajudar meus pais.

Foi possível recuperar casos de alguns dos entrevistados que nunca desistiram do seu percurso escolar e os de outros que em algum momento de sua vida abandonaram a escola por diferentes motivos, a maior parte relacionado a aspectos pessoais, conforme apresentado adiante. A respeito, o entrevistado 4 afirmou "... abandonei o ensino médio, fui induzida pelo meu marido em abandonar" (E4)

A entrevistada 10 (**E10**) tem 45 anos, é servidora estadual e municipal e atua há 12 anos como auxiliar de enfermagem, na UTI neonatal em uma maternidade e diz que sempre abandonou os cursos que fazia:

[...] sempre abandonei cursos, comecei psicologia na UFAL, abandonei por que fiquei grávida, o único curso que nunca abandonei, por incrível que pareça, foi o de Auxiliar de enfermagem, e mesmo assim abandonei o técnico, fiz fisioterapia em uma faculdade privada só fiquei até o 2º período. Psicologia iniciei, parei, retornei 5 anos depois e agora acho que eu termino porque estou me identificando.

E8, 39 anos, casada, está no 4º período de enfermagem e há 12 anos exerce o cargo de auxiliar de enfermagem em um posto de saúde. Relata que em seu período escolar sempre concluiu seus cursos:

Nunca abandonei nenhum curso. Pretendo concluir a faculdade de enfermagem em 2017, realizar uma pós - graduação. Gostaria de ensinar na área de enfermagem,

realizar um concurso, mas não quero mais plantão! Quero dar mais atenção aos meus filhos.

E7, 56 anos, casada, servidora pública municipal exercendo há 33 anos a função de auxiliar de cirurgião dentista em um posto de saúde também recuperou em seu depoimento experiências de abandono e retorno ao longo do seu percurso escolar:

[...] parei de estudar com 18 anos, quando tive minha 1ª filha, na 4ª série, aí depois que tive meu 2º filho parei de novo na 6ª série e depois comecei e consegui concluir até o 2º grau. Tive a oportunidade de fazer o curso de técnico de enfermagem, mas desisti.

E4, 41 anos, casada, dois filhos, servidora pública municipal atua há 17 anos, como ACS na ESF de sua cidade:

[...] abandonei no 2º ano do ensino fundamental. Abandonei entre aspas! Fui induzida na época por meu marido. Morava em Aracaju, e meu marido (namorado na época) me incentivou para vim para cá (Alagoas) e concluir aqui. Eu acreditei, casei, mas ele não concordou em eu retornar aos estudos, dizia: prá quê estudar? Só consegui terminar porque ele também precisava concluir o 2º grau e me acompanhava.

E2, 40 anos, tem dois filhos que cursam à distância a faculdade de Educação Física. Atualmente está atuando na função de serviços gerais em uma escola de seu município. Possui outra atividade remunerada, vendendo produtos pela internet, para completar a renda familiar. Desistiu de estudar no 3º ano do ensino médio quando engravidou, mas retornou e concluiu. Está cursando, à distância, o 4º período de pedagogia.

Vale trazer o depoimento da entrevistada que para completar a renda como trabalhadora da saúde, identifica um nicho de mercado na localidade em que vive:

Gosto muito de internet e vendo jogos para a comunidade pois para ter os jogos, é necessário ter um cartão de crédito internacional e as pessoas não possuem, então vi uma oportunidade de ter mais um lucro. Esse mês o dinheiro da minha faculdade e dos meus filhos eu consegui com o meu lucro!

De modo geral, foi possível constatar que antes do ingresso na área de saúde, os entrevistados estavam inseridos em atividades as mais diversas, transitando entre ocupações formais e informais. Os depoimentos abaixo apontam para o fato de que a busca pelo emprego encontra-se profundamente marcada pela necessidade de contribuir para o orçamento familiar.

Antes de ir para a saúde passei por diversos empregos, pois precisava ajudar meus pais. Atuei no corte de cana, na agricultura de arroz, como ambulante, no mercado varejista, em metalúrgica e como autônomo, vendendo almofadas e travesseiros e como pescador (E3).

Cheguei a ensinar, Educação Artística, em escola particular mas não conseguia me identificar! (E9)

E11, 49 anos, separada, trabalha há 29 anos como auxiliar de enfermagem no Hospital Universitário em Maceió relembra como iniciou sua vida laboral.

Comecei a trabalhar para ajudar em casa, pois éramos 9 irmãos, comecei muito nova na arrumação das prateleiras de um mercadinho e como marisqueira.

Segundo Inkson et al. (2012), em um dado momento de vida, cada sujeito tem muitas alternativas de carreira, representando possíveis trajetórias a serem assumidas. No entanto, tais possibilidades podem ser limitadas, parcial ou totalmente, dependendo da posição social em que o sujeito se encontra. Assim, as “escolhas” entre as diversas trajetórias possíveis ilustram os limites que se impuseram aos sujeitos entrevistados interna e externamente.

Esse primeiro conjunto de aspectos pode ser visualizado no quadro abaixo

Quadro 2 - Breve caracterização dos entrevistados

(continua)

Entrevistados	Sexo		Idade	Escolaridade	Situação atual de trabalho
	M	F			
E1		X	53	Ensino médio completo	Aposentada como Auxiliar de enfermagem
E2		X	40	Cursando à distância o 4º período em pedagogia	Concursada na área da educação - setor serviços gerais
E3	X		46	Ensino médio completo	Atua no Conselho Tutelar como serviços gerais
E4		X	41	Cursando à distância a faculdade de administração	Atua como ACS - Posto de saúde
E5		X	46	Ensino médio completo	Atuando como Auxiliar de enfermagem na clinica médica da maternidade de sua cidade
E6	X		45	Ensino médio completo	Atua com ACS no PSF de sua cidade

Quadro 2 - Breve caracterização dos entrevistados

(conclusão)

Entrevistados	Sexo		Idade	Escolaridade	Situação atual de trabalho
	M	F			
E7		X	56	Ensino médio completo	Atua como auxiliar de cirurgião dentista
E8		X	39	Cursando o 9º período de enfermagem	Atua como auxiliar de enfermagem em um posto de saúde
E9		X	49	Superior incompleto em artes plásticas	Atuou 24 anos como ACS. Atualmente vende produtos do Boticário e da Natura.
E10		X	45	Cursando o 4º período de psicologia	Atua como auxiliar de enfermagem na UTI neo natal de uma maternidade
E11		X	49	Ensino médio completo	Atua como auxiliar de enfermagem no ambulatório do HU

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

5.2.1 Motivações para o ingresso na Saúde

As entrevistas sinalizam para os múltiplos aspectos que interferem na inserção ocupacional e esses motivos de certa forma estão associados a maior possibilidade de acesso ao emprego que o setor saúde parece permitir, conforme quadro abaixo.

Quadro 3 - Motivos para ingresso na área da saúde

Motivação	Número de entrevistados
Influência de terceiros	02
Oportunidade de emprego	04
Realização pessoal	01
Ter um emprego	01
Vontade em ajudar as pessoas	03

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Um dos motivos mais citados que levou os sujeitos a ingressar na área de saúde foi a oportunidade que se abriu em determinado momento da vida. Cabe registrar que a razão mais apontada dessa inserção, principalmente na área da enfermagem foi, quase sempre, certa familiaridade com essa atividade, seja devido à experiência profissional de parentes mais próximos e amigos, seja porque se viram no dever de cuidar de algum membro da família, geralmente os pais idosos, configurando assim uma possibilidade de escolha profissional.

E3, 46 anos casado, é auxiliar de enfermagem, atuou por 13 anos como ACS, mas por motivos políticos de sua cidade (não apoiou o atual prefeito) foi remanejado para o Conselho Tutelar:

Ingressei na saúde pensando na questão de oportunidade e de situação financeira. Como convivia na comunidade, via sempre a carência por atendimento das pessoas e queria também poder ajudar, então isso também me motivou em ir para área da saúde.

E11, que trabalha desde os 9 anos de idade aponta que desde cedo queria ser da saúde:

[...] quando era pequena, queria ser alguém da área de saúde que usasse branco. Com 10 anos dizia: quero usar branco! Eu vou ser freira! Recebi muito preconceito, até da própria família que dizia: eu nunca vi negro de branco. Fica muito feio negro de branco! Eu dizia: vou ser alguém que usa branco. Depois pensei em ser marinheira e fui muito determinada. Procurei saber como ingressar. Então me informaram que para mulher, na marinha, o melhor seria fazer um curso na área de saúde, pois não precisaria ir para alto mar. Além disso, queria cuidar também de minha mãe que tinha artrite reumatóide severa.

Interessante notar que E11 indica em seu relato um aspecto preconceituoso de raça, apresentado por sua família, associado a sua vontade de usar branco. E11 demonstra, apesar disso, persistência em realizar o seu desejo.

E7 relata o processo que possibilitou sua inserção na área da saúde, iniciado como auxiliar de limpeza.

Quando minha mãe trabalhou na limpeza da secretaria municipal de saúde, assumiu, depois de alguns anos, um cargo de chefia foi quando tive a oportunidade de ingressar na saúde na área de limpeza. Passei um tempo nessa função, fui observando, nas horas de folga, o trabalho dos auxiliares de dentista. Quando faltava alguma auxiliar eu ajudava, então tive a oportunidade de trocar de função ficando como auxiliar de dentista.

Seu depoimento destaca as origens de sua identificação com a área da saúde e a aspiração em ser enfermeira, como o depoimento de E8:

Sempre gostei da área da saúde. Frequentava um grupo religioso que ajudava muito as pessoas carentes, então comecei a me identificar. Na época prestei vestibular para enfermagem, mas não passei, então fui fazer o curso de auxiliar de enfermagem.

5.3 A realização do curso técnico de enfermagem

"Eu sonhava em exercer a função de técnico, porque tenho um dom e gosto de ajudar as pessoas!"(E3)

Os entrevistados apontaram vários motivos de ingresso no curso técnico de enfermagem e entre eles destacam-se a possibilidade de realização de um ideal; a vontade em

ajudar as pessoas que necessitam, principalmente seus familiares e ampliar sua experiência em seu local de trabalho, mesmo diante da não possibilidade de aumento salarial. O depoimento de E2 aponta os motivos que levaram a iniciar o curso técnico de enfermagem:

"Como já exercia a função de ACS e tinha o auxiliar de enfermagem fui indicada. Tive vontade de continuar na área de saúde e também por motivos pessoais, minha mãe tinha diabetes e problemas renais."

Para E3:

"Sonhava em exercer a atividade de técnico de enfermagem no hospital público aqui da cidade. Percebi que tenho um dom, por também ter uma formação religiosa e gostar de ajudar as pessoas."

Vejam os relatos de E3 e E4:

"Quis realizar o curso porque gosto de ajudar as pessoas e quando me aposentasse teria mais uma profissão."(E3)

"Sempre tive vontade de crescer, de estar perto das pessoas que precisam, em poder ajudar o ser humano em momentos de dor."(E4)

Nos depoimentos de E3 e E4, percebe-se que além da vontade de ajudar as pessoas, aspecto que demonstra a importância social do trabalho em que exercem, há também, a busca pela qualificação, a qual cumpre um papel importante em suas vidas, no sentido de proporcionar-lhes uma identidade profissional. Por um lado esses trabalhadores esforçam-se para conseguir melhores postos de trabalho, recorrendo assim à continuidade da formação/qualificação, por outro lado, nem sempre o ideal ou a situação ocupacional buscada se concretiza.

Destaque para o relato de outros entrevistados, que decidiram ingressar no curso de técnico de enfermagem para ter mais experiência e por ser exigência nos seus locais de trabalho.

"Houve no primeiro momento uma exigência do meu trabalho, então comecei a fazer." (E11)

"Informaram no meu setor, que se não tivesse o técnico sairia da assistência" (E10)

"Queria aprender mais, pois só tinha a experiência do dia-a-dia." (E5)

"Entrei para ter mais experiência, porque sabia que não iria aumentar o meu salário" (E1)

Observou-se nos relatos que ainda prevalece na área de enfermagem a associação da profissão com a prática social de ajudar o próximo, da vocação pessoal. Cabe destacar que a

relação da enfermagem com a sociedade sempre foi permeada pelos conceitos, preconceitos e estereótipos que se estabeleceram ao longo da sua trajetória histórica e que influenciam até hoje a concepção do que é, a que vem e qual o seu significado enquanto profissão da saúde composta de gente que cuida de gente. Esta representação vai sendo desconstruída ao longo dos cursos na área de enfermagem (nível fundamental, médio e de graduação) e principalmente no cotidiano profissional, passando a ser substituída por uma visão mais coerente e mais próxima da realidade, ou seja, da enfermagem como uma profissão que tem peculiaridades no cuidar do outro. (PADILHA; NAZARIO; MOREIRA, 1997)

Quadro 4 - Ingresso no curso técnico de enfermagem

Motivos para ingressar no técnico de enfermagem	Quantidade de entrevistados que citaram o referido motivo
Exigência do setor de trabalho	02
Interesse pela área de saúde	01
Preocupação social- desejo de ajudar as pessoas	04
Oportunidade - oferta do curso	01
Ter experiência	02
Ter um curso a mais no currículo	01

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

5.4 Expectativas Profissionais

Apesar de todos os entrevistados possuírem vínculos empregatícios, encontrando-se inseridos em relações estáveis de trabalho, revelam o desejo de ampliar sua formação profissional. Buscam assim melhores condições de vida e de realização pessoal.

De fato, vários entrevistados nutrem expectativas em relação ao futuro profissional. Este é o caso de E4, que se identifica muito com o que faz, sente-se satisfeita em realizar palestras preventivas para a população. A entrevistada está cursando à distância a faculdade de administração na cidade onde reside. Informou que não é a graduação que gostaria de fazer, mas está "abraçando a oportunidade" que surgiu.

Essa mesma entrevistada confessou sentir-se impotente com as dificuldades nos atendimentos médicos do povoado em que vive, já que o médico está na unidade de saúde apenas por 3 dias da semana, dividindo-se entre a cidade e o povoado. Essa preocupação com os rumos da atenção à saúde pode estar relacionada com seu sonho em cursar psicologia ou serviço social, pois são as profissões com que se identifica e quer atuar “para sempre” na área da saúde.

Tratando de suas expectativas profissionais, a entrevistada E10 relata que pretende concluir o curso de psicologia e investir nessa área, mas precisamente na UTI neonatal. Já E10, apesar de aspirar atuar como psicóloga no futuro, sente-se satisfeita na profissão atual, principalmente quando consegue "ressuscitar" uma criança, mas insatisfeita com a falta de estruturas físicas e materiais para trabalhar:

Meu trabalho é estressante, porque é uma área muito complicada. É uma UTI neo, muito delicada. Como qualquer setor público falta material, muita criança, muito recém-nascido, prematuro extremo. Mas eu gosto do que faço, fico satisfeita quando eu vejo meu cliente indo pro braço da mãe bem, ou quando faço um procedimento técnico e consigo ressuscitar, dar a vida! E o mais gratificante é quando eles voltam para me visitar! O que entrava é você ir trabalhar e não ter condições de exercer sua função, tipo faltando material, isso me frustra e dá raiva. (E10)

E7 pretende cursar novamente o curso de técnico de enfermagem e concluí-lo. Tem expectativas de seguir em frente e, quando se aposentar, realizar um curso de computação por achar importante. Gostaria de trabalhar como cabeleireira autônoma, atendendo em domicílio e em paralelo trabalhar em um hospital particular porque gosta da área de saúde e principalmente de ajudar as pessoas.

Um dado que merece destaque é a palavra oportunidade, que aparece na maioria das falas dos entrevistados, principalmente nas entrevistas que foram realizadas no interior de Alagoas (cidades de Igreja Nova e Penedo). Nestas cidades, a possibilidade de obter emprego se dá na maioria das vezes através da prefeitura das cidades, nas secretarias de saúde e da educação. Vale observar que nos povoados mais afastados dessas cidades, a maioria, boa parte dos idosos aposentados ajudam na composição da renda familiar. Quando aparece algum curso, ou formação, as pessoas, mesmo não tendo o perfil para determinada seleção, aproveitam as 'oportunidades' que surgem.

Segundo alguns estudos (BIRDEMAN; GUIMARÃES, 2002) apresentados no capítulo 1, o fato de indivíduos buscarem diversas formas de qualificação reflete as dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho, mormente em cidade pequenas do interior do país. Esse contexto parece forçar os indivíduos a buscar uma (re) colocação profissional. No caso dos que já se encontram inseridos na área de educação ou saúde buscam um aperfeiçoamento, procurando assim melhores condições de trabalho.

5.5 Justificativas para a evasão

Eu já estava no 4º período de enfermagem quando comecei a frequentar o técnico e abandonei porque ficava muito cansada, ainda tinha trabalho, casa, filhos e infelizmente não consegui pelo cansaço. (E8)

Os motivos que levaram os alunos à evasão do curso de técnico de enfermagem são bastante amplos, tendo sido apontados nos relatos desde motivos pessoais (fatores externos a instituição de ensino), à falta de apoio da instituição de ensino (fatores internos). Assim, é importante destacar que o fenômeno da evasão não se restringe a um único determinante, suas causas são diversas. É a soma de vários fatores que pode levar o aluno a não mais frequentar uma escola ou curso.

No caso específico do curso em análise, os depoimentos abaixo expressam aspectos pessoais:

Abandonei o curso no início dos estágios no Hospital Geral. Há 10 anos meu pai está com alzheimer, somos apenas eu e ele pois minha filha estuda em outro estado, não tinha condições psicológicas nem físicas para continuar, pois quando chegava do trabalho rendia a cuidadora, que tomava conta de meu pai, por isso não consegui ir até o fim. (E11)

Ainda cheguei a realizar o 1º e o 2º módulo do curso, aí comecei a faltar bastante por motivos pessoais, morte de familiar, também achava que a professora não gostava de mim por causa das queimaduras em meu rosto. Como estava faltando muito, resolvi desistir. (E9)

As dificuldades sentidas por esses alunos também estão relacionadas às condições para conciliar o trabalho, a família e as aspirações profissionais que incluem a formação superior. Eles seguem buscando qualificação e nos casos em que conseguem ingressar na graduação, o curso técnico perde parte de sua centralidade.

O curso começou quando eu já estava no 4º período na faculdade de enfermagem. Comecei a frequentar e abandonei, por que ficava muito cansada, tinha meu trabalho, a casa, os filhos. Infelizmente não consegui pelo cansaço. (E8)

Essas adversidades poderiam ser minimizadas se as esferas da gestão do trabalho e da educação atuassem de forma associada, de modo a permitir melhor conciliação das diferentes esferas da vida. A relação entre trabalho e escola deve ser colaborativa e não um fator de impedimento. Para Saviani (2007), isso reflete a complexificação da divisão social e técnica do trabalho na contemporaneidade.

O curso começou quando eu já estava no 4º período na faculdade de enfermagem. Comecei a frequentar e abandonei, por que ficava muito cansada, tinha meu trabalho, a casa, os filhos. Infelizmente não consegui pelo cansaço. (E8)

Fiquei na dúvida em ingressar no curso, pois tinha passado em um concurso na educação, não queria mais ser da saúde. Então fiz minha matrícula, frequentei uns dias, mas desisiti. (E2)

Os relatos abaixo ilustram a multiplicidade de justificativas de ordem pessoal para a evasão:

Desisti no último seminário, meu filho se envolveu em uma briga e houve perseguição para matá-lo. Meu filho está em outra cidade, então não tive condições de continuar os estudos nem de trabalhar, por mais força e torcida de todos não consegui retornar. (E5)

Abandonei por motivos de saúde, entrei em depressão, por problemas familiares meu marido e minha filha. Tenho uma filha adolescente que começou a namorar e esse namoro causou sérios conflitos em casa. Esse mesmo namorado tinha me assediado o que gerou em mim a depressão e incompreensão de meus familiares. Não conseguia voltar para o curso, já estava nos estágios. Os colegas e a instrutora me incentivaram para concluir mas não tinha condições psicológicas. (E4)

Parei por motivos pessoais, meu filho sofreu um acidente de moto. Me afastei por 5 meses, já era o último seminário do curso. (E1)

Como a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, as dificuldades acarretadas pela dupla jornada de trabalho também se encontram nos relatos. Não poderíamos deixar de destacar o papel da mulher nos tempos atuais, sua inserção no mercado de trabalho e seu impacto no âmbito familiar. Hoje a mulher ocupa novos espaços, assumindo novos papéis e funções na estrutura familiar e no mercado de trabalho, ampliando-se o desafio de organizar seu tempo entre as tarefas domésticas, acadêmicas e seu trabalho.

No que se refere à organização do curso, os depoimentos apontam aspectos que vão desde a dificuldade de comunicação com a equipe de coordenação, horário de funcionamento do curso, aspectos pedagógicos à necessidade de conclusão do ensino médio:

O curso estava indo muito bem, mas eu precisava terminar o 2º grau e foi repassado, pela instrutora, com 3 meses para acabar, que eu só poderia concluir com o 2º grau completo. Tentei argumentar pedindo para conversar com os superiores, mas não foi dada a oportunidade. Pedi para concluir e colar grau quando terminasse o 2º grau, já que fazia paralelo ao curso, mas não tinha acordo, segundo a instrutora. (E3)

Desisti por cobranças sobre o histórico escolar. Tinha o ensino médio mas precisava pagar algumas disciplinas, sociologia e filosofia em outra cidade. Saí no 1º módulo para fazer de novo a EJA ao mesmo tempo que o curso mas não consegui conciliar. A instrutora informou que poderia concluir em outra cidade. (E6)

Abandonei o curso porque o curso acontecia sexta e sábado o dia inteiro. Tinha dificuldade no trabalho na sexta, mesmo sendo indicada pela SMS, pois era cedida para esse posto, o meu chefe imediato não liberou. O sábado também era o momento de organizar minha casa. (E7)

Abandonei o curso na 1ª área. O que levou a isso foi a falta de incentivo da escola, a falta de organização, quando a gente vinha já não era a mesma professora, havia troca constante de professores, quando a gente vinha não tinha aula. Pra ser sincera achei a parte pedagógica muito fraca, no modo de ensinar, os professores sem experiência. E também a minha falta de interesse, não vi retorno, também comecei a facultade. Investi porquê? Eu via que não sairia da assistência mesmo, ia continuar a mesma coisa. Era bom por que quando a gente chegava ficava ouvindo as experiências de vários locais. E eu vi que a clientela, era de um nível assim: sabe aquele pessoal que entrou no estado sem estudo nenhum? Aí eu ficava se perguntando o que e que eu estou fazendo aqui? Só pra dizer que eu tenho o técnico? Vou investir em algo melhor. (E10)

Através desses depoimentos é necessário admitir que alguns entrevistados justificam sua evasão pela falta de apoio por parte da instituição de ensino, no sentido de ouvi-los buscando estratégias para a conclusão do curso. Outro determinante citado refere-se à falta de suporte educativo da instituição, ou seja, a disposição e experiência de seus professores, trocas constantes desses instrutores e a falta de ações de incentivo para permanência no curso.

Esses achados confirmam o que é ressaltado por Oliveira (2014), para quem os motivos que configuram a evasão ou abandono escolar podem ser apresentados pela incompatibilidade dos horários dos alunos com os compromissos que se viram obrigados a cumprir, a falta de professores, professores despreparados, a precariedade ou falta do material didático, por sentirem que a formação que estão recebendo não está sendo ofertada de forma significativa para eles.

Quadro 5 - Evasão do curso técnico de enfermagem

Motivos para evadir do técnico de enfermagem	Quantidade de entrevistados que citaram o referido motivo
Motivos pessoais (conciliação entre trabalho, família e curso)	07
Motivos internos à instituição - (Organização, incentivo, falta de planejamento pedagógico, falta de habilidade didática dos professores)	04

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As entrevistas também permitiram compreender as percepções dos trabalhadores acerca das alternativas para evitar a evasão escolar. Nesse caso, as opiniões concentraram-se nos aspectos internos ao curso, com destaque para a contratação de professores mais qualificados e experientes e a possibilidade de melhor organização e planejamento do curso que viabilizasse a oferta de um curso contínuo, sem interrupções constantes, o que também

evitaria as sucessivas trocas de instrutores. Demandaram esclarecimentos mais adequados sobre a prática e as funções de um técnico de enfermagem. Outro ponto salientado relaciona-se à ampliação da comunicação entre todos os processos relativos ao curso, diminuindo a burocracia. Os alunos evadidos também sinalizaram para a necessidade de esclarecer os critérios de seleção para o ingresso no curso. Além desses aspectos relacionados ao papel da escola, os entrevistados identificaram medidas de responsabilidade das instituições de saúde como a liberação por parte dos gestores dos serviços além da possibilidade do curso e dos estágios serem realizados nas próprias instituições em que os alunos trabalham.

Cabe chamar atenção para a necessidade de maior integração entre escola e serviço de modo a compreender as expectativas e possibilidades concretas de estímulo à ampliação da qualificação profissional de alunos trabalhadores. Segundo Mendes (2013), a motivação é uma característica bastante relevante para a permanência do aluno na escola ou curso. Torna-se necessário um planejamento bem estruturado que possibilite construir tentativas de manter o aluno na escola, como o seu engajamento nas atividades desenvolvidas, o que irá acontecer na medida em que ele se sentir motivado. No caso estudado, esse processo de planejamento é função da escola e do serviço, passando a ser um ingrediente fundamental no sucesso escolar envolvendo tanto o aluno como os professores e gestores.

Além dos aspectos mais concretos os depoimentos chamam atenção para a necessidade de se perseguir sonhos e perseverar na consecução de suas expectativas profissionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou a evasão escolar no curso de técnico de enfermagem na ETSAL. Para isso foram investigadas as razões que levaram o aluno a abandonar seus estudos, buscando-se identificar as características desse aluno e os fatores que contribuíram para a evasão.

Procurou-se inicialmente discorrer sobre a relação entre formação e trabalho e o fenômeno da evasão escolar, observando a dinâmica e os processos que vão reorganizando e reestruturando o mundo do trabalho nas sociedades capitalistas. Foi possível revelar características e contradições específicas das estruturas produtivas que atuam e flexibilizam a organização do trabalho e os vínculos do trabalhador com seu trabalho. Nesse mesmo processo identificou-se um discurso ideológico por maiores níveis de escolaridade e o desenvolvimento de habilidades para que o trabalhador possa ter melhores possibilidades de empregabilidade. A educação e a formação profissional passam a ser concebidas como instrumentos para concorrência e competição.

O levantamento bibliográfico acerca da evasão escolar permitiu destacar aspectos internos relacionados ao contexto individual ou familiar dos alunos e aspectos externos associados à instituição, que influenciam e colaboram para a evasão. A evasão escolar foi compreendida como fenômeno multicausal atrelado a fatores de ordem pessoal, institucional e social, necessitando ser compreendido e analisado a partir da combinação de múltiplas perspectivas.

A recuperação do percurso histórico sobre a formação profissional no SUS e do processo de qualificação do trabalhador de enfermagem permitiu compreender as relações entre o trabalho em saúde, a produção do cuidado e as políticas de educação na saúde e mais especificamente.

A metodologia de estudo, de abordagem qualitativa, permitiu compreender e tratar as características sociais, econômicas e culturais dos alunos evadidos, mapeando as regiões do trabalho empírico. Assim também foi possível reconhecer e ultrapassar dificuldades encontradas na pesquisa de campo como o acesso às turmas com maior índice de evasão e localização dos alunos evadidos; os ajustes quanto a disponibilidade dos alunos nos momentos de entrevistas; o convencimento do aluno para participação na pesquisa. Salienta-se que alguns alunos preferiram não participar da pesquisa já que a situação de evasão pode ser considerada constrangedora ao revelar certo fracasso associado a não conclusão da formação técnica.

As entrevistas revelaram diversas circunstâncias e contextos associados às razões que levaram a evasão do curso técnico: problemas familiares e pessoais; falta de motivação; possibilidade de cursar uma graduação; dificuldade na adaptação aos horários entre trabalho e curso; a falta de interesse pelo curso; falta de incentivo por parte da instituição; a necessidade de ocorrer uma comunicação mais frequente da instituição com o aluno para maiores esclarecimentos sobre o curso; falta de organização da escola (falta de comunicação com o aluno - quando não havia aula e o porquê da troca constante de professores); deficiência no planejamento pedagógico (dificuldade em desenvolver a metodologia aplicada e falta de organização didática do professor) e ausência de esclarecimentos dos critérios para a permanência e conclusão no curso. Todas essas circunstâncias são enfatizadas pela literatura estudada como determinantes sociais e individuais. A forma como os alunos convivem com essas duas dimensões irá decidir sobre sua continuidade ou não na instituição escolar.

A análise das características, trajetórias escolares e ocupacionais dos alunos, motivações que impulsionaram para o ingresso ao curso e abandono trouxe à tona as dificuldades sentidas ao longo da vida profissional e educacional. Percebeu-se certa angústia e frustração na fala de todos já que os depoimentos revelaram assuntos que deixam transparecer a falta de oportunidades em termos de trabalho e qualificação. Como quase todos os entrevistados são mulheres, a questão do gênero repercutiu nos resultados mediante a manifestação de um cansaço relativo ao desafio de conciliar a dupla ou tripla jornada (família, trabalho e educação). Alguns alunos também revelam o prazer em desempenhar as atividades no trabalho em saúde, declarando a satisfação em auxiliar as pessoas, tendo consciência da importância das suas ações e práticas desenvolvidas para a comunidade. Também falam sobre as suas insatisfações pela falta de condições de trabalho (falta de estrutura física e de materiais), muitas vezes impedidas por problemas burocráticos.

Ressalta-se que a tentativa do presente estudo em contribuir com a construção de alternativas que possibilitem a identificação das razões que levam à evasão na ETSAL já gerou um produto para escola. Assim, os instrumentos de avaliação e de acompanhamento de cada curso desenvolvido pela escola passam a conter um espaço para identificar e refletir sobre as causas que levam à evasão e desistência.

Espera-se que essa iniciativa possibilite desdobramentos da pesquisa realizada, considerando-se que é preciso ampliar o debate e a reflexão sobre esse fenômeno. O desenvolvimento das práticas pedagógicas na ETSAL deve priorizar um melhor conhecimento de seu aluno e incentivar sua participação através da construção de relações mais próximas e abertas entre escola e aluno para que este se sinta importante e valorizado.

A evasão é um fenômeno que necessita de aprofundamentos e conhecimentos não só na formação profissional, mas em todos os níveis educacionais. A responsabilidade sobre a evasão precisa ser compartilhada pelas instituições de ensino, sociedade e família que assim podem contribuir para a elaboração de políticas que se empenhem no enfrentamento e solução desse problema.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília, DF: Unesco: MEC, 2003. 662 p.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teóricas-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estudos Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 409-420, 2011. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4513/3960> >. Acesso em:

ANDRADE, Luciana Borges de et al. Evasão escolar e os índices de retenção no IFTM Campus Uberaba: reflexões. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. CD-ROM.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ARAÚJO, Cristiane F. de; SANTOS, Roseli A. dos. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar. In: INTERNATIONAL CONGRESS UNIVERSITY INDUSTRY COOPERTATION, 4th. 2012, Taubaté. [Anais...]. Taubaté: Unindu, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8118105-A-educacao-profissional-de-nivel-medio-e-os-fatores-internos-externos-as-instituicoes-que-causam-a-evasao-escolar.html>>. Acesso em:

BIRDEMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Desigualdades, discriminação e políticas públicas: uma análise a partir de setores selecionados da atividade produtiva no Brasil. In: COMUNICAÇÃO APRESENTADA À II INTERNACIONAL CONFERENCE CEBRAP, 2002, São Paulo. **Sessão flexibilidade, segmentação e equidade**, São Paulo: CEBRAP, 2002. p. 18-20.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 23 dez. 1996. p. 27833.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Educação profissional: referencias curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico: introdução. Brasília, DF, 2000. Versão preliminar.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho Profissional em Saúde. **Agenda positiva**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Recursos Humanos. **Recursos humanos para serviços básicos de saúde**. Brasília, DF, 1982.

CAMARANO, A. A. et al. Os Jovens brasileiros no mercado de trabalho: mercado de trabalho. **Conjuntura e Análise**, Brasília, DF, v.6, n.17, p.31-39, nov. 2001.

CARVALHO, Mônica de Mesquita Wermelinger; AMÂNCIO FILHO, Antenor; GARCIA, Ana Claudia Pinheiro. **A formação profissional de nível médio na área da saúde: a modalidade sequencial em foco**, 2011. GT: Trabalho e Educação/n. 9.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de La question social*. Paris: Gallimard, 1995.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell, 1996.

CASTRO, N. A. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: **COLETÂNEA CBE trabalho e educação**. Campinas: Pípirus, 1992.

CHINELLI, Filipina; VIEIRA, Mônica; LOPES, Márcia Raposo. O trabalho e a educação na saúde: a “questão dos recursos humanos”. In: VIEIRA, Mônica; DURÃO, Anna Violeta; LOPES, Márcia Raposo. (Org.). **Para além da comunidade: trabalho e qualificação dos agentes comunitários de saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011. p. 79-111.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, n. 94, p. 95-121, 1988.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Políticas, Sociedade**, Florianópolis, v. 8, Supl.1. p. 147, 2011.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima; BONFIM, C. Educação profissional e evasão escolar. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS 2008. v.1, p.197-203.

FORMIGA, Milton S.; SÁ, Geraldo Lucena de; BARROS, Sebastiana da Mota. As causas da evasão escolar? : um estudo descritivo em jovens brasileiros. 16 p. **Portal dos Psicólogos**, Lisboa, 2011. Disponível em: <[http://www.psicologia.pt/artigos/textos/\[A0:\]617.pdf](http://www.psicologia.pt/artigos/textos/[A0:]617.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRESNEDA, Betina. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. **Segurança urbana e juventude**, Araraquara, v. 2, n.1-2, 2009.

FREYSSENET, Michel. Paradigmas tecnológicos e políticas de gestão: padrões tecnológicos e políticos de gestão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1989, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Trabalho, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Carlos Minayo et. al. (Org.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, n. 1, p. 45-60, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo . **O conceito de empregabilidade**: avaliação do PLANFOR. [s.l: s.n., 1998?].

GONÇALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GUIMARÃES, Nadya A. Apresentação. In: _____. et al. **Desemprego**: aspectos institucional e biográfico: uma comparação Brasil-França-Japão. São Paulo: USP; Cebrap; Seade; CEM, 2003. [Relatório Final do Projeto CNPq].

_____. **Empresariando o trabalho**: os agentes econômicos da intermediação de emprego esses ilustres desconhecidos ; documento de trabalho. São Paulo, mar. 2006. [Projeto Fapesp/CEM/CMPq - a procura de trabalho: instituições do trabalho e redes de sustentabilidade].

GUIMARÃES, Nadya A. **À procura de trabalho**: instituições de intermediação e redes sociais na saída do desemprego. São Paulo numa perspectiva comparada. 2004a. [Projeto Fapesp/CEM/CNPq].

_____. **Trajetórias inseguras, autonomização incerta**: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_6_trajetorias.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2009. 349 p.

HASENBALG, c. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.: SILVA, N. V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

INKSON, Kerr et al. Boundaryless careers: bringing back boundaries. **Organization Studies**, v. 33, n.3, p. 323-340, 2012.

KLEIN, Clóvis Ricardo; FREITAS, Maria de Carmo Duarte. Motivos do abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos: estudo de caso escola do Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 4., 2011, Curitiba **Anais...** Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

KUENZER, Acácia. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000.

LIMA, Júlio César França. **Política de saúde e formação profissional dos trabalhadores técnicos de enfermagem**. 2010. 454 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

LEITE, Márcia de P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Serita, 1996.

LEITE, Márcia de P. A qualificação reestruturada e os desafios da qualificação profissional. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 79-96, jul. 1996.

LUCKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n.4, p. 1-18, 1978.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **RBPG - Políticas, Sociedade e Educação**, Brasília, DF, v. 8, supl. 1, p. 147-176, dez. 2011.

MACHADO, Lucilia R. S. Qualificação do trabalho e relações sociais. In. FIDALGO, Fernando. (Org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento da Cultura Maxista, 1996.

McNEAL, R. B. Parental involvement as social capital: differential effectiveness on science achievement, truancy and dropping out. **Social Forces**, Oxford, n. 78, p. 117-144, 1999.

MÉDICI, A. C. (Org.). Planejamento I: recursos humanos em saúde. (PEC/ENSO) ABRASCO, **Textos de apoio**. Rio de Janeiro, 1987.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: uma introdução ao estudo da escola no Brasil. São Paulo: Moraes, 1992.

MENDES, Marcelo Simões. Da inclusão à evasão escolar; o papel da motivação no ensino médio. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 1-6, 2013.

MENDES-GONÇALVES, R. B. **A investigação sobre recursos humanos em saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS, 1993. Relatório de Seminário.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOTTA, Simone Fialho. **Educação de jovens e adultos: evasão, regresso e perspectivas futuras**. Ribeirão Preto. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, 2007.

NUNES, Elizabete et al. Análise da evasão de alunos dos cursos de profissionalização da área de enfermagem no Paraná. **Cienc. Cuid. Saude**, Maringá, v. 6, n. 4, p. 443-440, out./dez. 2007

OLIVEIRA, P. C. S. de. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA**. [Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, 2014.

OLIVEIRA, R. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 27-37, 2001.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; NAZARIO, Nazaré Otília; MOREIRA, Marléa Chagas. A compreensão do ideário da enfermagem para a transformação da prática profissional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 50, n. 3, p. 307-322, 1997.

PAIVA, Angela. Sobre o conceito de "capital humano". **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p.185-191, jul. 2001.

PEREIRA, Isabel Brasil. **A formação profissional no cenário do SUS**, 2002. Tese (Doutorado em Educação : História, Política, Sociedade) - Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Histórico da educação profissional em saúde. In: FONSECA Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.). **O processo do trabalho em saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; Fiocruz, 2007. p. 155-185.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde** . 2. ed. rev. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

PEREIRA, Isabel Brasil; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz., 2006.

PIERANTONI, C.R. **Reformas da saúde e recursos humanos: velhos problemas x novos desafios**, 2000. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PIMENTA, S. G. **O pedagogo na escola pública**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 3. ed.. processo de transformação social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Educar).

POCHMANN, M. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. Campinas, Cesis/IE/Unicamp, 1998, mimeo.

RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho . Educação e trabalho: a contribuição de Marx, Engels e Gramsci a filosofia da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** Brasília, DF, v. 77, n. 185, p. 7-31, jan./abr. 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional em saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora da FIOCRUZ, 2006. 118 p.

_____. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010. 290 p.

REZENDE, A . L. M de. **Saúde**: dialética do pensar e do fazer. São Paulo: Cortez, 1987.

RESENDE, Luis Alberto et al. Um estudo sobre a evasão nos cursos presenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR. FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG, 3., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. CD-ROM.

RUMBERGER, R. High School dropouts: a review of issues and evidence. **Review of Educational Research**, v. 57, p. 101-121, 1987.

RUMBERGER, R. THOMAS, S. A distribuição das taxas de abandono e volume de negócios entre urbanos e suburbanos nas escolas de ensino médio. **Sociologia da Educação**, v. 73, n. 1, p. 39-67, jan. 2004.

RUMBERGER, R.; LIM, S. A. **Why students drop out of school**: A review of 25 years of research. Santa Barbara: University of California, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw – Hill, 2006.

SAVIANNI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39. ed. Campina: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Trad. de P. S. Werneck. Rev. Técnica de C. A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SEGNINI, L. R. P. **A liturgia do poder**: trabalho e disciplina. São Paulo: Educ, 1988.

SILVA, Nelson do Valle. Expansão escolar e estratificação social no Brasil. In: HASENBLAG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 105-'46.

SOARES, Raquel Cavalcante. **A contra reforma na política de saúde e o SUS hoje**: impactos e demandas ao serviço social. 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SOARES, Tufi Machado. **Determinantes do abandono do ensino médio pelos jovens no estado de Minas Gerais**. Instituto Unibanco. 2010. Disponível em: <<http://www.colegiosantanna.com.br/formacao/downloads/Especial%20Ensino%20Medio%20-%20Instituto%20Unibanco%20-%20Educar%20para%20Crescer.pdf>>. Acesso em:

SÓRIO, Rita Elisabeth Rocha. Educação em saúde no Brasil: a proposta das Escolas Técnicas de Saúde do SUS. **Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem**, Brasília, v. 2, n. 5, 2002.

SPOSITO, Marília P. (Org.). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto da Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

TARTUCE, G. L. B. P. **O que há de novo no debate “qualificação do trabalho?”: reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Navalle**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re) inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo**. 2007. 441 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TELES, J. L. Desafios éticos na formação de profissionais auxiliares em saúde. In: Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas. ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). FIOCRUZ, 48, Rio de Janeiro, 1996. Unesco, MEC, 2003. 662 p.

VARELLA, Thereza Christina; PIERANTONI, Célia Regina. Mercado de trabalho: revendo conceitos e aproximando o campo da saúde: a década de 90 em destaque. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 521-544, 2008.

VIEIRA, M. A gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde. In: EPSJV. (Org.) **Políticas de saúde: textos de apoio**, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VIEIRA, Mônica. **Trabalho e qualificação no SUS e a construção dos modos de ser trabalhador nas organizações públicas de saúde**. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ZARIFAN, Philippe. **A competência e os modelos produtivos**. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 21., São Paulo, 1997. (mimeo).

_____. Mutações dos sistemas produtivos e competências profissionais: a produção industrial de serviço. In: SALERNO, Mário S. **Relação de serviço: produção e avaliação**. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 67-92.

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DO PROJETO DE PESQUISA

- 2014

ATIVIDADES	JÁ	FE	MA	AB	MA	JU	JUL	AG	SE	OU	NO	DE
1. Revisão da literatura									X	X	X	X
2. Elaboração do Projeto											X	X

- 2015

3. Elaboração do projeto	X	X	X	X	X							
4. Qualificação										X		
5. Comitê de Ética										X		
6. Coleta dos dados											X	X

- 2016

7. Coleta de dados	X											
8. Processo de análise dos dados		X	X									
9. Discussão dos resultados				X	X							
10. Redação do texto e editoração	X	X	X	X	X	X	X	X				
Defesa da pesquisa								X				

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

Projeto de pesquisa: Evasão dos alunos do Curso Técnico de Enfermagem da ETSAL

1. Qual sua idade?
2. Você é casado (a), solteiro (a), divorciado (a) ou tem uma relação estável com alguém?
3. Possui filhos? Quantos?
4. Qual o seu nível de escolaridade?
5. Qual a renda mensal da família
6. Como e porque ingressou na saúde?
7. O que motivou você para exercer atividades na área de saúde? (ordem pessoal, familiar ou outros)
8. Quanto tempo atua na área?
9. Qual a sua carga horária e vínculo profissional atual?
10. Qual o seu posto de trabalho?
11. Você possui experiências anteriores de trabalho na área de saúde?
12. Você atua em que área de atenção a saúde? Atenção básica, média complexidade ou alta complexidade?
13. Em algum momento de sua trajetória escolar você abandonou alguma série ou curso? Por quê?
14. Quais foram as suas principais motivações para frequentar o curso técnico de enfermagem? (Como crescimento pessoal e familiar ou outros associados?)
15. Quais os motivos que levaram você a abandonar ou desistir dessa formação técnica?
16. Em sua opinião o que poderia ser feito para evitar a evasão?
17. Você já participou de outras formações ou cursos? Quais? Por quê?
18. Você exerce outra atividade remunerada paralela a sua atividade remunerada atual?
19. Como é o seu processo de trabalho?
20. Como é sua rotina diária de trabalho?
21. Quais os aspectos considerados mais relevantes nas atividades que você exerce?
22. Quais os principais problemas enfrentados no seu trabalho?
23. Como é sua carga horária e as tarefas domésticas?

24. Como você se sente (satisfação ou insatisfação) nas atividades que você exerce no trabalho?
25. Você possui alguma expectativa educacional e/ ou profissional? Fale sobre isso.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCL

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Evasão dos alunos do Curso de Técnico de Enfermagem da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria hora – ETSAL”, realizada pelo Mestrado em Educação Profissional em Saúde desenvolvido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ.

Você foi selecionado por ser um aluno que evadido do curso técnico em saúde e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

O objetivo deste estudo é Analisar a evasão de alunos no Curso de Técnico de Enfermagem desenvolvido pela ETSAL; identificar e analisar o perfil socioeconômico dos alunos evadidos, relacionando esse perfil ao conjunto dos alunos inscritos no curso; analisar os motivos que levam os alunos trabalhadores a ingressam e a se evadirem do Curso de Técnico de Enfermagem, relacionando-os com seus percursos educacionais e ocupacionais e identificar alternativas que possam contribuir para a redução da evasão nos cursos da ETSAL.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em ser entrevistado por um especialista da área de educação profissional em saúde, sendo a entrevista gravada e transcrita. Como a entrevista versará sobre sua história de vida com ênfase no trabalho e na formação profissional, estima-se que sua duração não ultrapasse duas horas. Cabe a possibilidade de mais de 1 encontro para que as questões que constam do roteiro sejam abordadas, caso seja conveniente. As entrevistas serão realizadas em data, horário e local indicados pelos entrevistados e não haverá qualquer custo para o sujeito participante da pesquisa.

Os riscos relacionados com a sua participação podem ser considerados mínimos, sendo ressaltados, todavia, aspectos relacionados a algum grau de mobilização psicológica.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade de se conhecer os motivos que levaram os alunos a abandonarem o curso de técnico em enfermagem e as principais questões envolvidas nesse processo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Leila Costa

Leila costa - (82) 9 8836-7640 / leilacosta@hotmail.com

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz. Av. Brasil, 4365, sala 322 – Manguinhos – Rio de Janeiro – 21040-900 - Tel.: (21)-3865-9753.

Comitê de Ética da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ: cep@epsjv.fiocruz.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz. Av. Brasil, 4365, sala 322 – Manguinhos – Rio de Janeiro – 21040-900 - Tel.: (21)-3865-9797.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

RG:

Mapa de Alagoas com as 10 Regiões de Saúde de Alagoas



Fonte:

Quadro – Relação das Turmas distribuídas nas 10 Regiões de Saúde (RS) do Estado de Alagoas
Turmas da 1ª RS (13 Turmas)

MUNICIPIOS TURMAS	TOTAL MATIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Barra de Santo Antônio	27	06	21	07	01	06
Flexeiras	10	0	10	0	0	0
Maceió A	31	03	28	01	0	01
Maceió B	34	03	31	02	0	02
Maceió C	34	04	30	06	0	06
Maceió D	38	04	34	05	01	04
Maceió E	34	04	30	01	0	01
Marechal Deod. / Barra de São Miguel	29	03	26	02	0	02
Messias	21	03	18	0	0	0
Pilar	15	0	15	01	0	01
Rio Largo A	33	01	32	05	0	05
Rio Largo B	28	05	23	03	0	03
Satuba / Santa Luzia do Norte	19	05	14	03	01	02
TOTAL	353	41	312	36	03	33

Nota: Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 10,2%

Turmas da 2ª RS (05 Turmas)

MUNICIPIOS TURMAS	TOTAL MATIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	EVADIDOS HOMENS	EVADIDOS MULHERES
Jacuípe	19	03	16	01	01	0
Maragogi	21	01	20	01	01	0
Matriz do Camaragibe	36	04	32	04	02	02
Passo de Camaragibe / Porto de Pedras /São Miguel dos Milagres	26	03	23	0	0	0
São Luiz do Quitunde	20	0	20	0	0	0
TOTAL	122	11	111	06	04	02

Nota: Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 4,91%

Turmas da 3ª RS (07 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
São José da Lage	16	01	15	0	0	0
Santana do Mundaú	15	03	12	0	0	0
União dos Palmares A	16	02	14	05	0	05
União dos Palmares B	17	02	15	05	01	04
Murici	35	10	25	03	0	03
Joaquim Gomes	33	02	31	01	0	01
Novo Lino	30	04	26	0	0	0
TOTAL	162	24	138	17	03	14

Nota: Percentual de evadidos em relação aos matriculados:10,49%

Turmas da 4ª RS (09 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Atalaia A	34	03	31	0	0	0
Atalaia B	38	12	26	0	0	0
Atalaia C	10	01	09	01	01	0
Cajueiro	35	10	25	0	0	0
Capela	26	06	20	0	0	0
Mar Vermelho / Viçosa	32	12	20	0	0	0
Paulo Jacinto	33	09	24	06	02	04
Quebrangulo	18	04	14	06	03	03
Viçosa / Chã Preta	38	03	35	02	01	01
TOTAL	264	60	204	15	07	08

Nota: Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 5,68%

Turmas da 5ª RS (06 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Anadia	27	06	21	04	01	03
Boca da Mata	26	03	23	03	02	01
Campo Alegre	26	07	19	01	01	0
Junqueiro / Teotônio Vilela	35	04	31	01	0	01
Teotônio Vilela	35	01	34	01	0	01
São Miguel dos Campos	29	02	27	0	0	0
TOTAL	178	23	155	10	04	06

Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 5,61%

Turmas da 6ª RS (04 turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Coruripe	37	08	29	01	0	01
Igreja Nova	34	10	24	09	03	06
Penedo	33	08	25	05	02	03
Piaçabuçu	31	09	22	01	0	01
TOTAL	135	35	100	16	05	11

Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 11,85%

Turmas da 7ª RS (14 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Major Izidoro	37	06	31	06	02	04
Jaramataia	15	05	10	0	0	0
Batalha / Belo Monte	36	0	36	11	0	11
Traipu	33	04	29	0	0	0
Craíbas	18	01	17	0	0	0
Cóite do Nóia	25	05	20	02	0	02
Arapiraca A	34	01	33	0	0	0
Arapiraca B	36	07	29	0	0	0
Girau do Ponciano A	34	04	30	0	0	0
Girau do Ponciano B	31	05	26	0	0	0
Girau do Ponciano C	25	04	21	01	01	0
Limoeiro de Anadia	36	0	36	0	0	0
São Sebastião	27	02	25	0	0	0
Taquarana	30	0	30	04	0	04
TOTAL	417	44	373	24	03	21

Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 5,75%

Turmas da 8ª RS (05 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Cacimbinhas	16	01	15	02	0	02
Estrela de Alagoas / Minador do Negrão	38	04	34	05	0	05
Maribondo (Tanque D'Arca)	28	03	25	05	01	04
Palmeira dos Índios A	35	03	32	0	0	0
Palmeira dos Índios B	20	03	17	03	01	02
TOTAL	137	14	123	15	02	13

Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 10,94%

Turmas da 9ª RS (11 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Canapi	25	01	24	05	0	05
Dois Riachos	33	02	31	04	0	04
Maravilha	22	01	21	04	0	04
Olho D'Água das Flores/ Jacaré dos Homens/ Monteirópolis	28	01	27	01	0	01
Ouro Branco	34	03	31	04	0	04
Palestina	15	0	15	0	0	0
Pão de Açúcar	16	03	13	0	0	0
Poço das Trincheiras	14	03	11	02	01	01
São José da Tapera	35	05	30	01	0	01
Santana do Ipanema A / Poço das Trincheiras / Carneiros	31	05	26	03	0	03
Santana do Ipanema B / Olivença	29	0	29	0	0	0
TOTAL	282	24	258	24	01	23

Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 8,51%

Turmas da 10ª RS(08 Turmas)

MUNICIPIOS	TOTAL MATRIC.	HOMENS	MULHERES	EVADIDOS TOTAL	HOMENS	MULHERES
Água Branca A	26	06	20	0	0	0
Água Branca B	28	06	22	0	0	0
Delmiro Gouveia	33	03	30	01	0	01
Inhapí	35	04	31	01	0	01
Mata Grande	26	04	22	02	0	02
Olho D'água do Casado	29	02	27	02	0	02
Pariconha	12	02	10	0	0	0
Piranhas (Piau)	25	06	19	05	03	02
TOTAL	214	33	181	11	03	08

Percentual de evadidos em relação aos matriculados: 5,14%